



RELATÓRIO DE ATIVIDADES AUTOAVALIAÇÃO 2014



15-04-2015

Ciclo Anual de gestão 2014

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Relatório de Atividades Autoavaliação 2014

Ciclo anual de gestão 2014

Título	Relatório de Atividades Autoavaliação de 2014
Edição	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)
Coordenação	Presidência da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo
Elaboração	CCDR de Lisboa e Vale do Tejo
Data elaboração	Março 2015

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Alexandre Herculano, 37 – 1250-009 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	www.ccdr-lvt.pt

Índice

I.	INTRODUÇÃO	4
	A REGIÃO LISBOA E VALE DO TEJO	4
	A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO EM 2014	6
	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	12
	OPERACIONALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES / AUTOAVALIAÇÃO 2014	12
II.	AUTOAVALIAÇÃO 2014	14
1.	QUAR 2014 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	14
2.	EXPRESSÃO QUALITATIVA DA AUTOAVALIAÇÃO 2014	18
3.	PLANO DE ATIVIDADES 2014 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	19
4.	GRANDES OPÇÕES DE PLANO DE GOVERNO 2012-2015: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	29
5.	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR: ALÍNEAS A) A F) DO PONTO 2 DO ARTIGO 15.º “AUTOAVALIAÇÃO” DA LEI N.º 66-B/2007, DE 28 DE DEZEMBRO	30
6.	COMPARAÇÃO DAS UNIDADES HOMOGÉNEAS	35
7.	FIABILIDADE DO SISTEMA DE INDICADORES DE DESEMPENHO (SIID)	36
III.	AFETAÇÃO DE RECURSOS	37
1.	RECURSOS HUMANOS	37
2.	RECURSOS FINANCEIROS	38
3.	RECURSOS PATRIMONIAIS	40
4.	CONTRATAÇÃO EXTERNA	40
IV.	RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SIADAP 2 3	45
V.	BALANÇO SOCIAL 2014	45
1.	ANÁLISE SINTÉTICA DA INFORMAÇÃO PREVISTA NO DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO (INCLUI INFORMAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL)	45
2.	BALANÇO SOCIAL: QUADROS	45
VI.	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	45
VII.	GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	45
VIII.	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	46
IX.	FORMAÇÃO	46
X.	IGUALDADE DE GÉNERO	46
XI.	MONITORIZAÇÃO OPERACIONAL E COMUNICAÇÃO	49
XII.	AVALIAÇÃO FINAL	52
1.	APRECIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS (DESCRITA NO CAPÍTULO II – AUTOAVALIAÇÃO 2014)	52
2.	MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO COMO RESULTADO DA AUTOAVALIAÇÃO, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO N.º 18.º DA LEI N.º 66-B/2007, DE 28 DE DEZEMBRO	53
ANEXOS		55
	ANEXO 1 – QUAR 2014: RESULTADOS ALCANÇADOS	55
	ANEXO 2 - RELATÓRIO SIID: QUAR 2014, POR INDICADOR DE DESEMPENHO	55
	ANEXO 3 – RESULTADOS DO INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AOS UTILIZADORES EXTERNOS: UTENTES EM GERAL (SITE) E ENTIDADES PARCEIRAS	55
	ANEXO 4 – RESULTADOS DO INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO AOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS E TRABALHADORES	55
	ANEXO 5 – RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SIADAP 2 3 (ANOS 2013-2014)- A ENVIAR OPORTUNAMENTE	55

ANEXO 6A – BALANÇO SOCIAL 2014: ANÁLISE SINTÉTICA DA INFORMAÇÃO PREVISTA NO DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO	55
ANEXO 6B – QUADROS DO BALANÇO SOCIAL 2014	55
ANEXO 7A – RELATÓRIO ANUAL DE FORMAÇÃO INTERNA 2014.....	55
ANEXO 7B – QUESTIONÁRIO RAF-2014-083140000	55
ANEXO 7C – ANEXO P3-2014-083140000	55

I. Introdução

A Região Lisboa e Vale do Tejo

A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), região capital de Portugal, integra as NUTS III da Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste e Península de Setúbal, numa área de 12 204 Km², abrangendo 52 concelhos e 355 freguesias. Situa-se na Costa Oeste da Europa e é a fronteira mais ocidental do Continente Europeu, o que lhe concede uma localização geoestratégica privilegiada.

Em termos demográficos a Região apresentou, entre 2001 e 2011, um crescimento populacional de 5,3%, cerca de 3 vezes superior ao registado no Continente (1,8%), sendo a Área Metropolitana Lisboa (AML) o motor dessa atratividade populacional, com um crescimento de 6%, superior ao registado na RLVT.

A Região concentra algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras e políticas de Portugal, e assume-se, claramente, como o motor do desenvolvimento nacional. As cerca de 3,7 milhões de pessoas que nela vivem, estudam e trabalham produzem cerca de metade da riqueza do país. A Região oferece ainda uma diversidade de paisagens, de atividades e de culturas que fazem dela uma região única na Europa.

Com fundamento na verificação de níveis de desenvolvimento distintos entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Oeste e Vale do Tejo e na necessidade de preservar os objetivos e equilíbrios dos apoios comunitários, em 2002 (Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro) foi operacionalizada uma alteração do âmbito territorial das NUTS II, passando as NUTSIII – Grande Lisboa e Península de Setúbal a constituir a denominada Região de Lisboa (NUTSII) e as NUTS III do Oeste e do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo a serem contabilizadas, respetivamente, na NUTS II - Centro e na NUTS II Alentejo, para efeitos estatísticos e de governação dos fundos comunitários.

A gestão deste território encerra particularidades que impõem um esforço adicional de coordenação e articulação de políticas, de entidades e de instrumentos de planeamento e programação, por razões que se prendem com o desfasamento existente entre unidades administrativas territoriais, para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e ambiente e para fins de aplicação de fundos comunitários.

Configuração da RLVT:

Área de Jurisdição da CCDR LVT - Concelhos



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo em 2014

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) está integrada na Presidência do Conselho de Ministros com superintendência e tutela conjunta do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

O seu modelo organizacional foi definido pelo Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro. Até à entrada em vigor do novo modelo de organização interna, a CCDR LVT compreende 6 direções de serviço e 13 unidades orgânicas flexíveis (Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril, Despacho n.º 12 166/2007, de 19 de junho e Despacho n.º 7082/2013, de 22 de maio). A CCDR LVT prossegue as suas atribuições no domínio do desenvolvimento regional e fundos comunitários e nos domínios do ordenamento do território, do ambiente e da administração local, responsabilizando-se pelo planeamento estratégico regional, assegurando a articulação entre as políticas setoriais e locais de base territorial e funcionando como interlocutor principal junto das entidades públicas e agentes regionais e dos cidadãos e suas organizações.

O Ciclo de Gestão do ano 2014, refletido na concretização dos principais objetivos estratégicos e operacionais da CCDR LVT, evidenciados no presente Relatório de Atividades e Auto-avaliação apresenta um bom desempenho da Instituição só possível através do envolvimento e dedicação de todos os colaboradores.

As atividades desenvolvidas em 2014 promoveram a articulação entre o cumprimento o mais rigoroso possível dos objetivos estratégicos delineados para o ano e o planeamento de um novo processo de estruturação de objetivos, metas e metodologias que irão concretizar-se nos próximos anos.

No âmbito da aplicação dos Fundos Estruturais na Região prosseguiram as atividades de encerramento do QREN 2007-2013 e desenvolveram-se os trabalhos para a aprovação do PORLisboa 2020, mobilizando-se os atores regionais e potenciais beneficiários num quadro de diálogo e envolvimento participativo.

No Horizonte 2020 definiram-se para a Região os conceitos de singularidade e competitividade, de espaço privilegiado e qualificado, com forte aposta na modernização administrativa e na solidariedade institucional, dando-se especial relevância ao investimento nas “Pessoas” nas dimensões de qualificação e empregabilidade científica, cultural e social.

O ano 2014 pautou-se por promover uma Organização dos serviços virada para a qualidade e eficácia, nomeadamente através de uma postura de diálogo e cooperação com os Municípios e outras entidades e da aproximação da CCDR LVT de todas as áreas do Território.

Nas vertentes operativas destaca-se, ao nível da qualidade do ar, a implementação de um sistema de informação para verificação da monitorização das emissões para atmosfera.

Iniciou-se também o levantamento da situação das pedreiras na Região de Lisboa e Vale do Tejo com o objetivo de perceber a realidade e identificar a fase em que se encontram, permitindo reconhecer e acautelar passivos ambientais e propondo uma atuação mais eficaz ao longo do período da atividade extrativa e após esta.

No âmbito do Ordenamento do Território foi desenvolvido um Manual para a delimitação da REN- Reserva Ecológica Nacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, já concluído no presente ano, com vista a enquadrar, apoiar e orientar o desenvolvimento dos procedimentos de delimitação da REN de âmbito municipal. Desenvolveram-se os procedimentos para a transição para os novos regimes do Urbanismo e do Ordenamento do Território.

Foram iniciados os trabalhos referentes à abertura do Gabinete de Apoio ao Beneficiário POR Lisboa 2020 e do Gabinete de Apoio ao Utente, inaugurados no início do presente ano.

Com o objetivo de aprofundar a discussão em torno de diferentes temáticas relacionadas com os desafios atuais, nos domínios do Urbanismo, do Ambiente e do Desenvolvimento Regional, tiveram início um ciclo de conferências que culminarão no presente ano.

Na vertente institucional concentraram-se os serviços de Lisboa num único edifício, o que permitiu não apenas reduzir custos de operação (rendas, despesas de segurança, higiene, etc.), mas também melhorar os circuitos de informação entre as várias Unidades Orgânicas, reforçar a identidade e coesão da Instituição, e melhorar a sua imagem externa. Procedeu-se à atualização do Plano Anti- Corrupção e Infrações Conexas e ao desenvolvimento de ações para o reforço da integração da dimensão “Igualdade de Género”.

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da CCDR LVT, prevista na Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, compreende os seguintes órgãos:

Presidente

Eng.º João Pereira Teixeira

Vice – Presidente (2)

Dr. Fernando Sousa Ferreira

Eng.º José Pedro Dias Neto

Fiscal Único

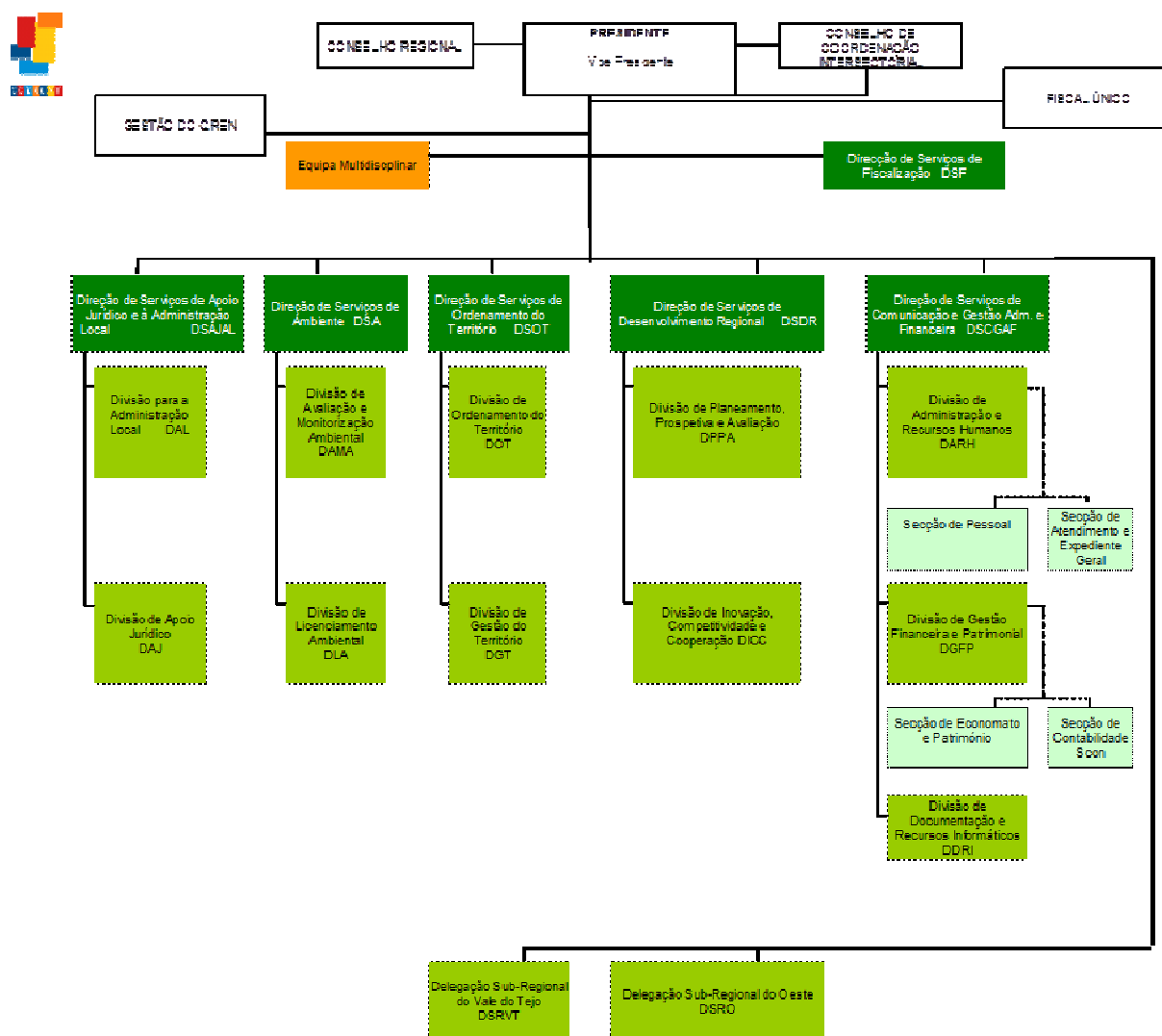
Sociedade APPM – Ana Calado Pinto & Pedro de Campos Machado, Lda., SROC n.º 223, representada pela Dra. Ana Calado Pinto, ROC n.º 1103.

Conselho de Coordenação Intersectorial

Com a composição e competências previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro.

Conselho Regional

Com a composição e competências previstas no artigo 7.º do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro.



Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional – DSDR

Reforçar a capacidade da CCDR LVT no âmbito do planeamento e gestão estratégicos e da monitorização e promoção do desenvolvimento regional.

Divisão de Planeamento, Prospetiva e Avaliação – DPPA

Dinamizar a execução, a monitorização e a avaliação do impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional, nas áreas económica, social, ambiental e territorial e elaborar estudos de diagnóstico e prospetiva, de carácter regional, nas vertentes social, económica, territorial, ambiental e institucional, caracterizando de forma sistemática e permanente a sua área de atuação e identificando as principais oportunidades e fatores críticos do desenvolvimento.

Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação – DICC

Apoiar a elaboração e dinamização de programas integrados e projetos que contribuam para o reforço da capacidade de iniciativa local e da competitividade da Região, promover ativa e decisivamente o processo de internacionalização da RLVT, acompanhando e participando nos grandes temas da agenda política europeia e mundial, estabelecendo e estreitando relações de parceria e/ou intercâmbios entre a Região e outras Regiões a nível internacional. Igualmente deve assegurar todo o trabalho de incidência regional inerente ao objetivo Cooperação Territorial Europeia, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo – OR LVT

Monitorizar e analisar permanentemente as dinâmicas da Região, ao nível social, económico, ambiental e territorial, identificar os recursos disponíveis, acompanhar e aferir da eficácia e eficiência dos investimentos públicos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, apoiando a estrutura interna de avaliação estratégica e a equipa de gestão do PORLisboa e apoiar a tomada de decisão na elaboração de políticas públicas.

Direção de Serviços de Ordenamento do Território – DSOT

Promover e colaborar na elaboração, alteração e revisão, e implementação dos instrumentos de gestão territorial, bem como a promoção dos estudos necessários ao desempenho das referidas funções e ainda a prossecução da política de desenvolvimento urbano.

Divisão de Ordenamento do Território – DOT

Promover e acompanhar a elaboração, alteração, revisão e implementação dos instrumentos de gestão territorial; assegurar a delimitação e gestão da REN e participar nos estudos e ações necessárias ao desempenho das referidas funções e ainda em matéria de gestão integrada de zonas costeiras e de conservação da natureza e da biodiversidade.

Divisão de Gestão do Território – DGT

Contribuir para o aprofundamento do sistema de gestão territorial através do apoio e acompanhamento da prática planificatória e normativa do governo e das autarquias e acautelar de modo eficaz uma ocupação equilibrada e ordenada do território, bem como prevenir e acautelar eventuais danos através da apreciação de pretensões e exposições concretas.

Unidade Verificação e Triagem - UVT

Assegurar a gestão documental e processual e proceder, ainda, à respetiva instrução, com base nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, nas áreas de ordenamento, ambiente e fiscalização.

Unidade de Instrução Técnica de Processos – UITP

Assegurar a instrução cartográfica das intenções entradas na CCDR LVT face aos IGT e condicionantes em vigor para posterior análise técnica nas áreas do Ordenamento do Território e Ambiente

Direção de Serviços de Ambiente – DSA

Contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ambiente pelo exercício das suas competências no âmbito da avaliação ambiental, do licenciamento de atividades com repercussões no ambiente e da monitorização nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos. Formar, informar e alertar a população sobre questões ambientais nos domínios do ar, do ruído e dos resíduos.

Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental – DAMA

Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente acompanhando ou gerindo os processos de avaliação de impacto ambiental e os relativos à qualidade do ar e ambiente sonoro. Gerir a informação relativa ao estado do ambiente.

Divisão de Licenciamento Ambiental – DLA

Contribuir para a prevenção e controle da poluição através da participação nos processos de licenciamento, de gestão de resíduos e de controlo de emissões atmosféricas.

Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local – DSAJAL

Apoiar técnica e juridicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados, bem como prestar assessoria jurídica aos órgãos e serviços internos da CCDR LVT e assegurar o acompanhamento dos processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade do organismo.

Divisão para a Administração Local – DAL

Apoiar tecnicamente as autarquias locais e suas associações, visando conhecer o universo local, cooperar para o seu desenvolvimento e promover a qualidade dos serviços públicos prestados.

Divisão de Apoio Jurídico – DAJ

Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e à Administração Local. Proceder à instrução dos processos de contraordenação e ao acompanhamento dos processos de contencioso administrativo e judicial respeitantes à esfera de competências material e territorial da CCDR.

Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira – DSCGAF

Assegurar a execução de medidas de organização e gestão nos planos administrativo, financeiro, patrimonial, de recursos humanos, de recursos e meios informáticos e de comunicação da CCDR LVT, assim como dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa.

Divisão de Administração e Recursos Humanos – DARH

Assegurar a gestão de recursos humanos, o tratamento do expediente e o atendimento presencial e telefónico dos clientes da CCDR LVT

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial – DGFP

Exercer o controlo e o acompanhamento financeiro e patrimonial, tendo por objetivo a adoção de medidas adequadas à gestão integrada dos recursos.

Divisão de Documentação e Recursos Informáticos – DDRI

Contribuir no domínio da sociedade da informação e do conhecimento, através da promoção de uma cultura de qualidade mediante a melhoria dos métodos e processos de trabalho, recorrendo às novas tecnologias. Integração dos sistemas de informação técnico-administrativo de gestão dos recursos informativos, informáticos e de comunicação necessários à realização das atividades da Comissão; promoção e difusão de documentação/informação de âmbito regional com prestação de um serviço de informação de qualidade, na perspetiva científica, técnica e económica e de excelência no serviço público.

Unidade de Relações Públicas, Expediente e Atendimento – URPEA

Assegurar as funções de Secção de atendimento e expediente geral e, ainda, relações públicas institucionais e protocolo, organização de eventos, relações com a comunicação social.

Direção de Serviços de Fiscalização – DSF

Contribuir para a vigilância do território e fiscalizar nas áreas de ambiente, de conservação da natureza e do ordenamento do território, com vista ao reforço e consolidação da capacidade de intervenção naquelas áreas e à reposição da legalidade.

Serviços Sub-Regionais:

Apoiar os serviços centrais da CCDR LVT na gestão e cumprimento dos investimentos regionais, no reforço e consolidação da capacidade de intervenção nas áreas do ordenamento do território e ambiente, com vista à promoção da qualidade e melhoria da gestão.

Delegação Sub-Regional do Oeste – DSRO

Delegação Sub-Regional do Vale do Tejo – DSRVT

Orientações estratégicas

Missão (Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio e Decreto-Lei n.º 24/2015, de 6 de fevereiro)

Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, ordenamento do território e cidades, de incentivos do Estado à comunicação social e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.

Objetivos estratégicos do Ciclo Anual de Gestão de 2014:

- | | |
|--------------|---|
| OE 1. | Dinamizar o planeamento regional estratégico e a cooperação inter-regional, em parceria com os agentes regionais |
| OE 2. | Desenvolver o conhecimento das dinâmicas regionais e estimular a articulação intersectorial |
| OE 3. | Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão territorial e a cooperação com a administração local |
| OE 4. | Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão ambiental |
| OE 5. | Melhorar o desempenho organizacional |

Operacionalização do Relatório de Atividades / Autoavaliação 2014

Sendo um instrumento do Ciclo Anual de Gestão de 2014, o presente Relatório de Atividades/Autoavaliação dos serviços resulta da avaliação do Plano de Atividades de 2014 em articulação com a avaliação da concretização do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) 2014, nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 183/1996, de 27 de Setembro. O Relatório de Atividades / Autoavaliação dos serviços 2014 (SIADAP 1) constitui o suporte para a proposta de avaliação pelo dirigente máximo do serviço, de acordo com o n.º 1 do artigo n.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o SIADAP.

O Relatório das Atividade/Autoavaliação 2014 apresenta o nível de execução dos objetivos operacionais que, previamente, definiu em Plano de Atividades 2014, bem como, a concretização do QUAR 2014 (versão final), nas suas vertentes de eficácia, eficiência e qualidade, instrumento aprovado pela Tutela em 20/03/2014.

Em termos metodológicos, a elaboração do Relatório de Atividades / Autoavaliação 2014 sustenta-se em 2 vertentes operacionais:

- a) Avaliação do QUAR 2014: avaliação dos resultados anuais do QUAR 2014, com dados reportados a 31/12/2014, suportado tecnologicamente no SIID – Sistema de Informação de Indicadores de Desempenho da CCDD LVT. A informação constante no SIID sustenta a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados que suporta a menção proposta por esta CCDD, como resultado da autoavaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo n.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o SIADAP (ponto **XII – Avaliação Final** deste documento).
- b) Avaliação do Plano de Atividades 2014: avaliação dos resultados anuais dos restantes objetivos operacionais/indicadores e atividades de suporte reportados a 31/12/2014, no SIID – Sistema de Informação de Indicadores de Desempenho da CCDD LVT, apresentando-se informação sobre os desvios ocorridos.

II. Autoavaliação 2014

1. QUAR 2014 – Avaliação dos resultados alcançados

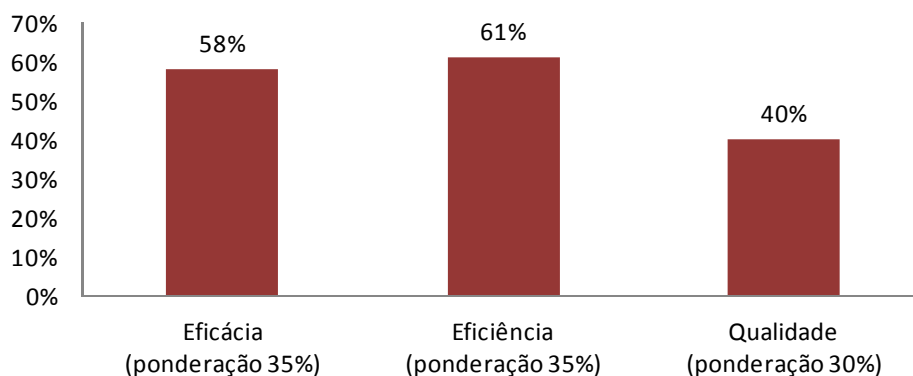
A Autoavaliação evidencia os resultados do QUAR 2014 alcançados em 31 de dezembro e os desvios verificados de acordo com o aprovado pela Tutela.

No quadro seguinte visualiza-se a expressão quantitativa dos resultados alcançados e os desvios (positivos) verificados no QUAR 2014 no modelo adotado pelos serviços (Anexo 1 _QUAR 2014: resultados alcançados):

Objetivos Operacionais (OOP)												
EFICÁCIA											PESO:	35%
OOP1: Envolver os Atores Regionais na implementação do PARL 2014-2020											Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind1	Prazo de publicação do PARL 2014-2020	---	---	83	15	63	100%	12	31	165%	Superou	65%
Taxa de Realização do OOP1											165%	
OOP2: Monitorizar o planeamento regional na Região de Lisboa e Vale do Tejo											Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind2	Prazo de entrega do Relatório Final da Monitorização PROT-OVT	---	---	83	10	63	100%	12	72	114%	Superou	14%
Taxa de Realização do OOP2											114%	
OOP3: Participar no desenvolvimento dos PU e PP											Peso:	20%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind3	Taxa de cumprimento dos prazos para Conferência de Serviços	---	71%	85%	10%	100%	100%	12	90,91%	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP3											100%	
OOP4: Organizar o sistema de informação para verificação da monitorização das emissões para a atmosfera											Peso:	30%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind4	Prazo de criação da BD para controle do cumprimento das obrigações das instalações abrangidas pelo dever de monitorização das emissões para a atmosfera (DL 78/2004)	---	---	212	10	189	100%	12	83	240%	Superou	140%
Taxa de Realização do OOP4											240%	
EFICIÊNCIA												
OOP5: Incrementar a elaboração de Pareceres Jurídicos às Autarquias Locais e Associações											PESO:	35%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind5	Taxa de redução do prazo médio de resposta aos pedidos de parecer	---	48%	8%	2%	12,5%	100%	12	10,14%	112%	Superou	12%
Taxa de Realização do OOP5											112%	
OOP6: Operacionalizar a mudança das instalações da Rua Artilharia Um e Rua Braamcamp para a Rua Alexandre Herculano											Peso:	80%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind6	Valor de redução de encargos anuais com o funcionamento dos serviços	---	---	200.000 €	20.000	240.000	100%	12	344.442 €	190%	Superou	90%
Taxa de Realização do OOP6											190%	
QUALIDADE												
OOP7: Promover a gestão da segurança da informação											PESO:	30%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind7	N.º de normas e procedimentos de segurança da informação propostos	---	3	2	1	4	100%	12	4	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP7											125%	
OOP8: Reforçar a integração da dimensão "Igualdade de Género" ao nível da linguagem inclusiva											Peso:	35%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind8	Prazo de adequação dos modelos que integram o sistema de gestão documental (Filedoc)	---	---	212	20	189	100%	12	165	151%	Superou	51%
Taxa de Realização do OOP8											151%	
OOP9: Melhorar a comunicação institucional interna											Peso:	35%
Indicadores		Realizado 2012	Realizado 2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind9	N.º de sessões de apresentação das matérias institucionais de interesse mais requeridas realizadas (lançamento da recolha de contributos para a seleção)	---	---	2	1	4	100%	12	4	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OOP9											125%	

O resultado global alcançado foi de 159%, seguidamente referenciado e sintetizado (e discriminado no Anexo 2 _ Relatório SIID: QUAR 2014, por indicador de desempenho):

Contribuição de cada critério para a concretização total do QUAR 2014 (159%)



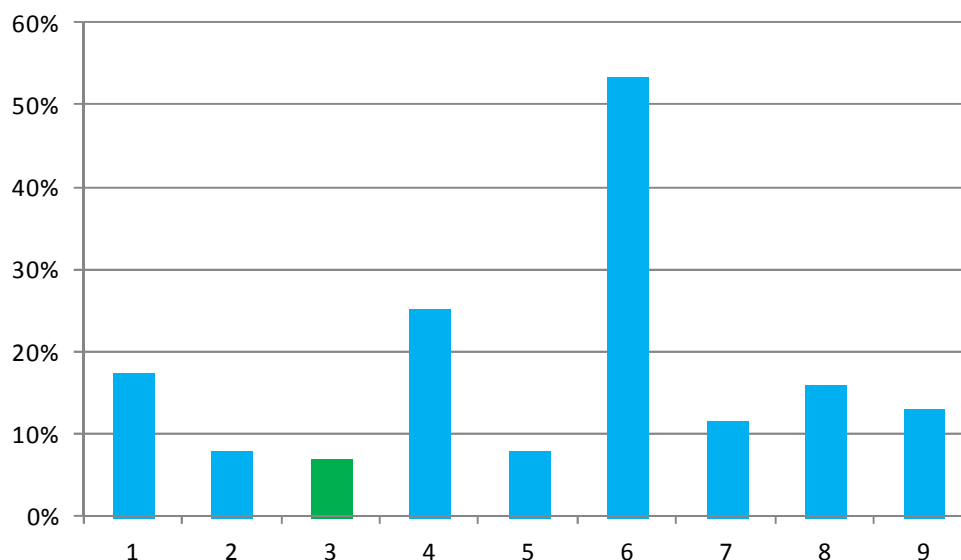
SIID: Relatório do QUAR 2014

Eficácia 5	OOP1: Envolver os Atores Regionais na implementação do PARL 2014-2020	OOP2: Monitorizar o planeamento regional na Região de Lisboa e Vale do Tejo	OOP3: Participar no desenvolvimento dos PU e PP	OOP4: Organizar o sistema de informação para verificação da monitorização das emissões para a atmosfera
	OOP5: Incrementar a elaboração de Pareceres Técnico - Jurídicos às Autarquias Locais e Associações	OOP6: Operacionalizar a mudança das instalações da Rua Artilharia Um e Rua Braamcamp para a Rua Alexandre Herculano		
Eficiência 5				
Qualidade 5	OOP7: Promover a gestão da segurança de informação (TIC)	OOP8: Reforçar a integração da dimensão "Igualdade de Género" ao nível da linguagem inclusiva	OOP9: Melhorar a comunicação institucional interna	

Legenda: Bola azul: objetivo operacional com concretização de superação
Bola verde: objetivo operacional alcançado
Bola amarela: objetivo operacional não alcançado mas com proximidade da concretização

Bola encarnada: objetivo operacional não alcançado
Bola branca: objetivo operacional sem medição
Bola cinzenta: objetivo operacional revisto e anulado

**Concretização de cada indicador para a concretização do
QUAR 2014 (159 %)**



Refira-se que o QUAR 2014 da CCDD LVT, não sofreu quaisquer alterações face ao que foi definido inicialmente (objetivos, indicadores, metas, recursos humanos e financeiros).

Apresentam-se as justificações e comentários relativamente ao desempenho dos objetivos QUAR's e desvios face às metas estabelecidas para os indicadores que registaram taxas de realização (TR) elevadas, alguns já identificados no último Relatório de monitorização do QUAR 2014, reportado a 30 de setembro [a), b) e d)]:

a) OOP1: Envolver os Atores Regionais na implementação do PARL 2014-2020
Indicador 1: "Prazo de publicação do PARL 2014-2010" apresenta uma **taxa de realização de 165%**, o que representa um **desvio de 65%**.

Comentário: O PAR Lisboa constitui o suporte estratégico do programa de ação que operacionaliza a aplicação dos FEEL na Região, o Programa Operacional da Região de Lisboa (POR Lisboa), o que lhe confere uma elevada importância e o coloca no caminho crítico da elaboração do POR Lisboa. Por estas razões, foi sempre conferida prioridade máxima à sua elaboração e qualidade, justificando a apresentação de uma candidatura ao Programa Operacional de Assistência Técnica FEDER para a contratação de peritos, o que associado a calendários de preparação da aplicação dos FEEL em Portugal, cada vez mais exigentes, veio a concretizar-se na antecipação do prazo inicialmente previsto para a sua apresentação.

O PARL 2014-2020 foi apresentado ao Conselho Metropolitano em 27 de janeiro de 2014, após o que se deu início ao processo de registo no ISBN.

Em 7 de fevereiro, foi apresentado ao Conselho Regional para parecer, tendo sido nesta data validado pelo Conselho Regional, após o que se deu início ao período de consulta pública através da sua disponibilização no sítio da CCDR LVT em 13 de fevereiro de 2014.

b) OOP4: Organizar o sistema de informação para verificação da monitorização das emissões para a atmosfera

Indicador 4: "Prazo de criação da BD para controle do cumprimento das obrigações das instalações abrangidas pelo dever de monitorização das emissões para a atmosfera (DL 78/2004) " apresenta uma **taxa de realização de 240%**, o que representa um **desvio de 140%**.

Comentário: Considerando, por um lado, que se tratou de uma atividade nova e que não foi possível estabelecer com rigor o tempo que se iria levar a recolher os dados e, por outro lado, face à necessidade de testar e validar a base de dados para se proceder ao seu preenchimento, a criação da mesma foi antecipada. Não obstante a meta do indicador ter sido estabelecida até 31.10.2014, considerou-se premente a aceitação da estrutura da base de dados, a fim da mesma ser consistentemente carregada.

c) OOP6: Operacionalizar a mudança das instalações da Rua ARTILHARIA Um e Rua Braamcamp para a Rua Alexandre Herculano

Indicador 6:"Valor de redução de encargos anuais com o funcionamento dos serviços" apresenta uma **taxa de realização de 190%**, o que representa um **desvio de 90%**.

Comentário: O objetivo foi definido atendendo a que com a mudança de instalações (os 2 edifícios onde se encontravam os Serviços da Sede da CCDR LVT em Lisboa, concentraram-se num único) se previa uma redução de encargos. Esta redução, que acabou por ser mais significativa do que a inicialmente estimada, resultou, desde logo, da diminuição de encargos com o arrendamento do novo edifício, mas também das inerentes reduções de despesas relativas ao funcionamento num único edifício.

d) OOP8: Reforçar a integração da dimensão "Igualdade de Género" ao nível da linguagem inclusiva

Indicador 8:"Prazo de adequação dos modelos que integram o sistema de gestão documental (Filedoc)" apresenta uma **taxa de realização de 151%**, o que representa um **desvio de 51%**.

Comentário: Face ao elevado nº de documentos (176) disponíveis no gestor documental -*Filedoc*, e para permitir atingir o objetivo, foram envidados esforços para uma célere revisão dos Templates, quanto à utilização de linguagem promotora de Igualdade de Género, bem como na sua substituição no Sistema. Tal procedimento resultou numa antecipação do prazo previsto e consequente superação do objetivo.

2. Expressão qualitativa da Autoavaliação 2014

A Expressão qualitativa da Autoavaliação 2014, segundo a alínea a) do n.º1 do artigo 18.º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 183/1996, de 27 de setembro, é de:

Desempenho Bom: A CCDR LVT atingiu todos os 9 objetivos operacionais, superando 8.

A concretização global do QUAR 2014 da CCDR LVT é de 159%.



Monitorização a 31/12/2014

Expressão qualitativa (para Autoavaliação do QUAR 2014)

Desempenho Bom. Atingidos todos os **9 objetivos operacionais**
e **8 superados**

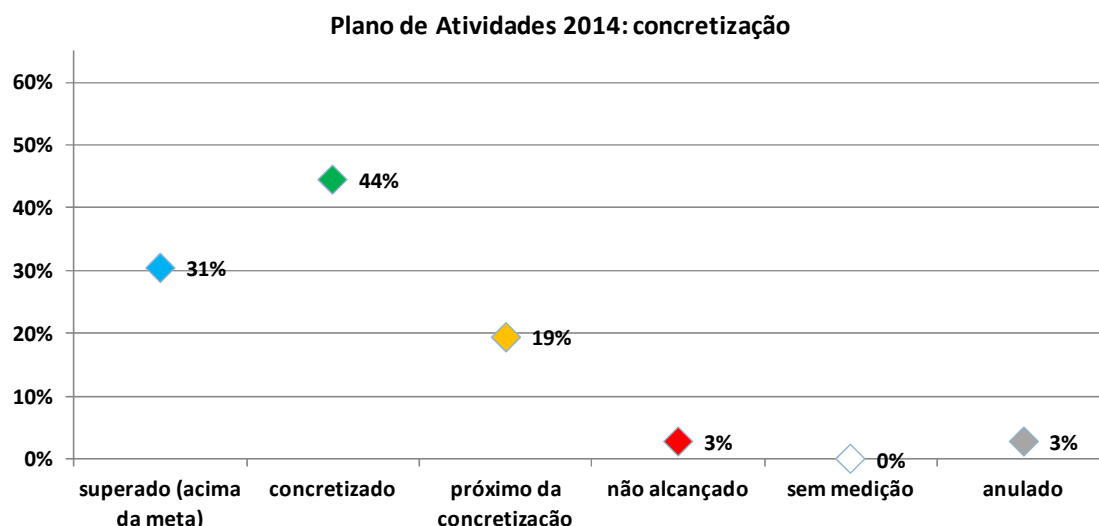
Os 5 objetivos operacionais relevantes foram superados

Dos 9 indicadores de desempenho foram todos cumpridos e 8 superados

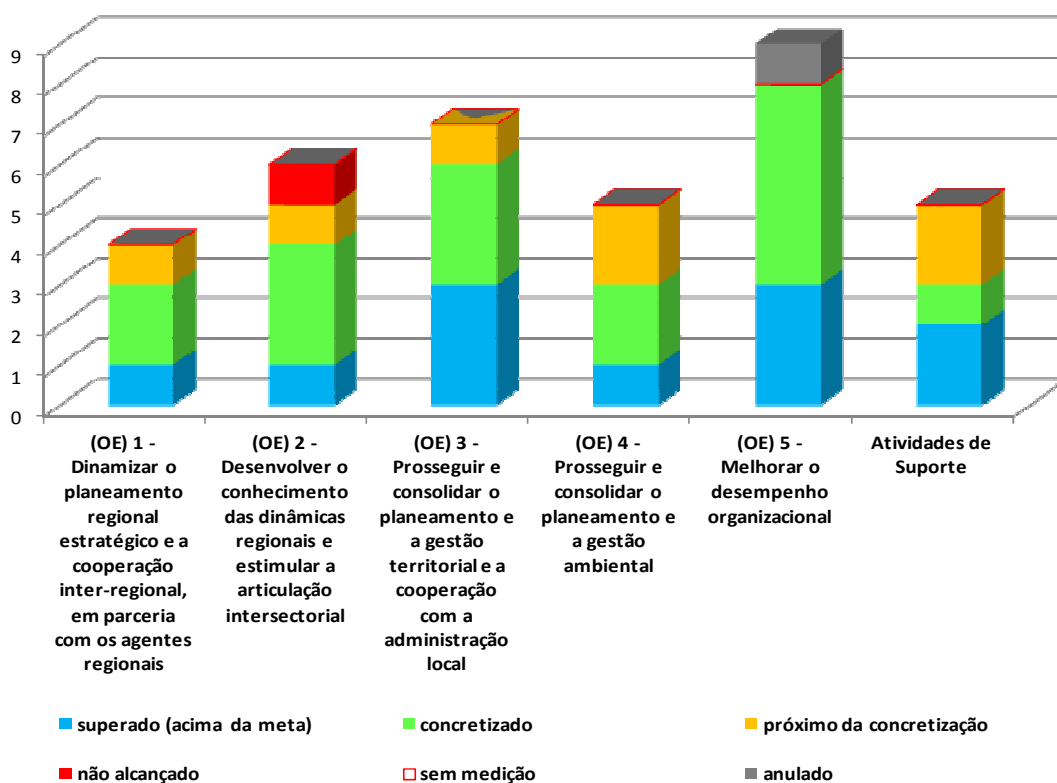
3. Plano de Atividades 2014 – Avaliação dos resultados alcançados

A Autoavaliação evidencia os resultados globais do Plano de Atividades 2014 alcançados em 31 de dezembro e os desvios verificados.

O resultado global alcançado é de 75% de concretização dos objetivos operacionais e atividades de suporte planeados, dos quais 31% superaram a meta definida. As fundamentações dos 22% objetivos operacionais não alcançados, e dos 3% anulados, serão referenciadas, caso a caso, no presente documento.

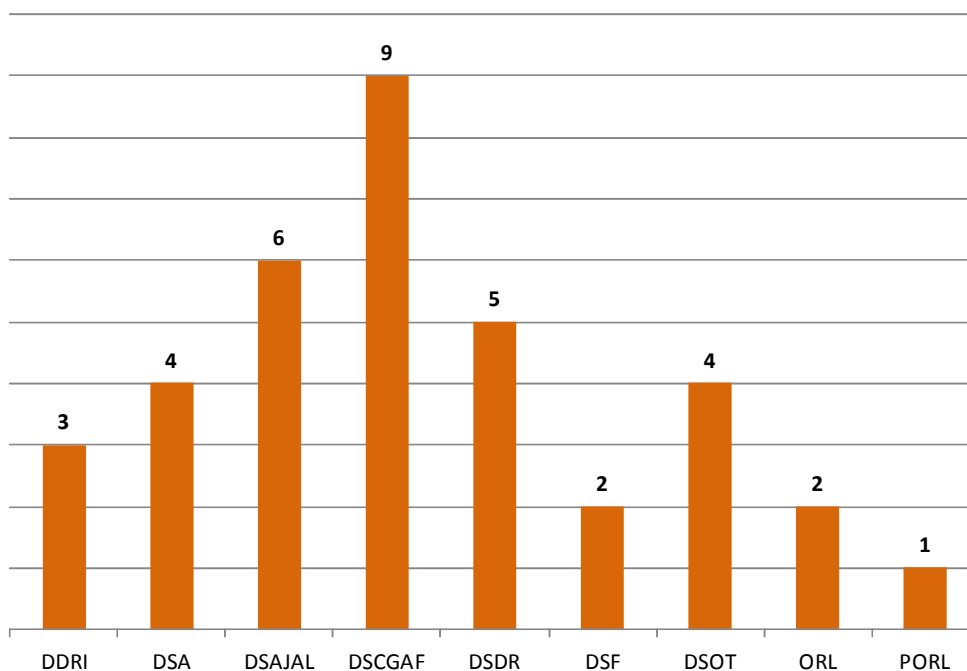


Concretização dos objetivos operacionais (n.º) por Objetivo Estratégico e atividade de suporte a 31.12.2014



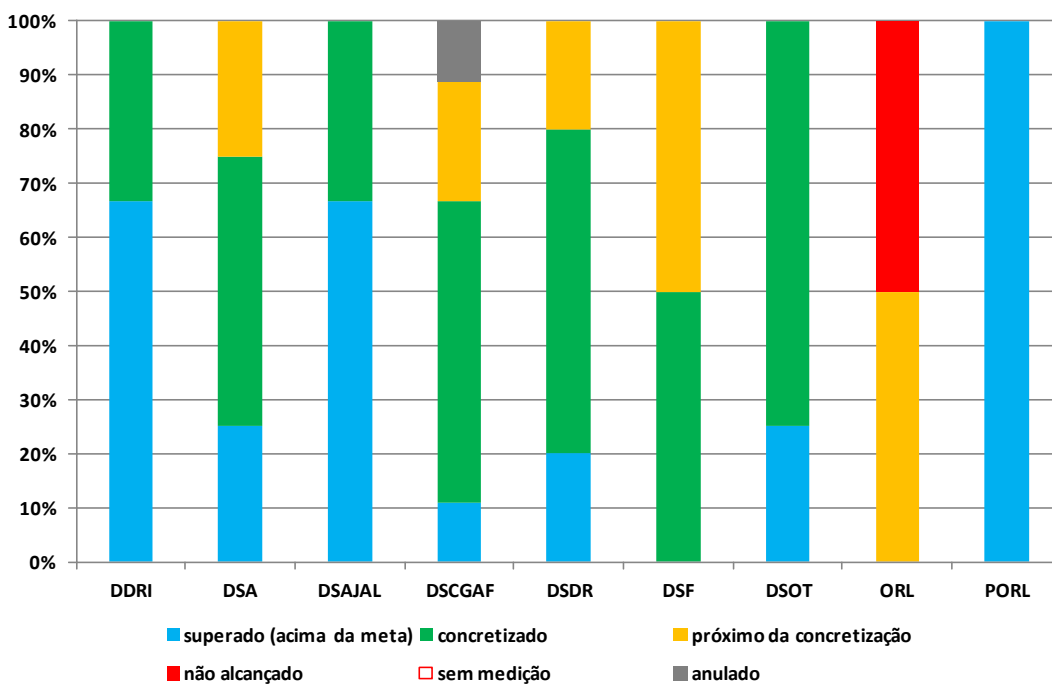
Destacando a distribuição dos 31 objetivos operacionais e 5 atividades de suporte pelas unidades orgânicas da CCCR LVT:

N.º de objetivos operacionais/atividade de suporte por unidade orgânica



apresenta-se, também, a concretização relativa de cada objetivo operacional/atividade de suporte por unidade orgânica:

Concretização relativa de cada objetivo operacional/atividade de suporte por unidade orgânica



Passa-se a apresentar a concretização por objetivo estratégico e atividade de suporte apresentando as fundamentações dos objetivos operacionais não alcançados, ou anulados, conforme o acima referido, as quais integram o Sistema de Informação de Indicadores de Desempenho (SIID) e são introduzidas pelos respetivos responsáveis de validação.

A apresentação é ilustrada pela classificação semafórica do SIID que, em qualquer momento, comunica o nível de performance dos objetivos operacionais; neste caso, a sua concretização a 31 de dezembro de 2014.

Legenda:

Bola azul: objetivo operacional com concretização de superação





Bola verde: objetivo operacional alcançado

Bola amarela: objetivo operacional não alcançado mas com proximidade da concretização





Bola encarnada: objetivo operacional não alcançado

Bola branca: objetivo operacional sem medição








Bola cinzenta: objetivo operacional revisto e anulado

(OE) 1 - Dinamizar a operacionalização da estratégia da Região de Lisboa 2014-2020		
Objetivo Operacional	OP 1.1 - Envolver os Atores Regionais na implementação do PARL 2014-2020	
	OP 1.2 - Contribuir para as ações tendentes à aprovação e divulgação do POR Lisboa 2014-2020	
	OP 1.3 - Participar na implementação do Plano de Ação da Estratégia do Atlântico (PA EA) e do Plano Mar Portugal na RLVT	
	OP 1.4 - Acompanhar e participar nas ações desenvolvidas no âmbito dos Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) com incidência na RLVT	






Objetivo operacional	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação <i>(a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)</i>
1.4	1.4.4 - Enquadrar as prioridades do PAR Lisboa nos PO CTE 2014-2020	Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	Não concretizado: Pese embora ao longo de 2014, a CCDR LVT, através da DSDR, ter apresentado diversas propostas de definição de prioridades estratégicas e operacionais no PO da CTE, com vista à maximização dos instrumentos financeiros tendentes à concretização da estratégia regional consubstanciada no Plano de Ação da Região de Lisboa (PARL 2014/2020), a circunstância de até ao final de 2014 os PO da CTE não terem sido aprovados, inviabilizou a concretização da ação prevista no âmbito deste indicador.
	1.4.5 - Acompanhar os projetos da CTE que incorporem parceiros da Região de Lisboa e Vale do Tejo, autonomizando os que contribuem para a prossecução dos objetivos do PAR Lisboa 2014-2020	Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	Não concretizado A não aprovação dos POCTE 2014-2020 até final do ano 2014 e a consequente inexistência de projetos aprovados no âmbito daqueles PO impossibilitaram a concretização das ações previstas.

(OE) 2 - Desenvolver o conhecimento das dinâmicas regionais e estimular a articulação intersectorial		
Objetivo Operacional	OP 2.1 - Monitorizar o planeamento regional na Região de Lisboa e Vale do Tejo	
	OP 2.2 - Acompanhar a execução dos investimentos na RLVT	
	OP 2.3 - Dinamizar o Observatório Regional na CCDR LVT	
	OP 2.4 - Produzir o 'Atlas Regional dos Equipamentos da RLVT'	
	OP 2.5 - Acompanhar a execução dos investimentos na região NUT II - Lisboa	
	OP 2.6 - Analisar e elaborar pareceres sobre candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN/PORL	










Objetivo operacional	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação <i>(a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)</i>
2.3	2.3.4 - Publicação de brochura sobre a RLVT	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais	Não concretizado: Os trabalhos de preparação da brochura não avançaram devido à prioridade no desenvolvimento dos indicadores e quadro de desempenho do PORLisboa (2014-2020). No entanto, foi elaborada uma folha informativa nº 5, sobre o tema: "o sistema de ensino e formação na região de Lisboa" que seria parte integrante da referida brochura
2.4	2.4.1- Divulgação do 3º capítulo do Atlas - Equipamentos Educativos	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais	Não concretizado: O capítulo sobre o Sistema Educativo do Atlas dos Equipamentos da RLVT foi sendo desenvolvido ao longo dos últimos meses, não tendo sido possível fechá-lo até à data prevista devido à prioridade na preparação dos indicadores para o PORLisboa (2014-2020). Apesar da informação já se encontrar guardada e disponível no SIG da CCDR, a publicação não foi editada.
	2.4.2- Divulgação do 4º capítulo do Atlas - Equipamentos Culturais	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais	Não concretizado: Os trabalhos de elaboração do Atlas não avançaram devido à prioridade na preparação dos indicadores para o PORLisboa (2014-2020).

(OE) 3 - Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão territorial e a cooperação com a administração local		
Objetivo Operacional	OP 3.1 - Acompanhar a Revisão dos PDM	
	OP 3.2 - Participar no desenvolvimento dos PU e PP	
	OP 3.3 - Participar no desenvolvimento do Projeto DOROTHY	
	OP 3.4 - Incrementar a elaboração de Pareceres Técnico - Jurídicos às Autarquias Locais e Associações e divulgar orientações e pareceres	
	OP 3.5 - Promover estudos no âmbito da Administração Local	
	OP 3.6 - Incrementar a instrução dos Procedimentos Contra-Ordenacionais	
	OP 3.7 - Proceder a ações de fiscalização no âmbito do ordenamento do território, nomeadamente, no que respeita aos instrumentos de gestão territorial e aos regimes territoriais especiais (REN) e à verificação do cumprimento das obrigações das instalações abrangidas pelo dever de monitorização das emissões para a atmosfera (objetivo partilhado com a DSA)	




Objetivo operacional	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação <i>(a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)</i>
3.7	3.7.3 -Verificação do envio dos resultados da monitorização referentes a 2012 e levantamento de autos de notícia às empresas não cumpridoras	D S A	Não concretizado: apesar da seleção de 20 empresas da Base de Dados da DSA/DLA do ano de 2014, não se dispunha de informação de trabalho detalhada referente ao ano 2012, pelo que não foi possível a concretização e cumprimento deste indicador
	3.7.2 -Criação de base de dados para controle do cumprimento das obrigações das instalações abrangidas pelo dever de monitorização das emissões para a atmosfera, no âmbito do DL 78/2004, carregamento da base de dados e determinação do universo de instalações abrangidas	D S A	Anulado: Havia duplicação com o indicador 4.4.1

(OE) 4 - Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão ambiental		
Objetivo Operacional	OP 4.1 - Coordenar e/ou participar o/no procedimento de avaliação de impacte ambiental	
	OP 4.2 - Avaliar a qualidade do Ar e Ruído	
	OP 4.3 - Licenciatar e participar no processo de licenciamento de atividades de gestão de resíduos, massas minerais e industriais	
	OP 4.4 - Organizar o sistema de informação para verificação da monitorização das emissões para a atmosfera	
	OP 4.5 - Proceder a ações de fiscalização no âmbito das emissões de poluentes para a atmosfera e das operações de gestão de resíduos	

Objetivo operacional	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação (a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)
4.2	4.2.3 - Avaliação da evolução da implementação do sistema de qualidade na Rede de Monitorização de Qualidade do Ar da região de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do DL 102/2010	DSA	<p>Não concretizado:</p> <p>Foi concluído em data posterior à fixada, por duas razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Por um lado, o Relatório de evolução deve registar a concretização da implementação, devendo assim ser concluído o mais perto possível do final do ano, já que a exigência legal (DL102/2010) para a implementação do sistema de qualidade assim o indica. - Por outro lado, a implementação do sistema de qualidade encontrava-se associada a uma execução física suportada por um projeto de investimento cujos procedimentos só foram autorizados no final do ano.
4.3	4.3.4 -Estabelecimento do protocolo de atuação entre os sistemas responsáveis pela gestão das lixeiras e a administração (CCDR e APA, IP), no sentido de criação do plano de monitorização específico para cada lixeira existente na área de jurisdição da CCDRLVT	DSA	<p>Anulado: tendo em conta que todo o trabalho que depende da CCDR foi desenvolvido e que apesar das insistências junto da APA, tanto da CCDR como de alguns sistemas pela gestão das lixeiras, a APA não demonstrou disponibilidade para dar continuidade ao processo, não dependendo da CCDR o cumprimento do objetivo. pelo que foi anulado.</p>

(OE) 5 - Melhorar o desempenho organizacional		
Objetivo Operacional	OP 5.1 - Promover a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores internos e externos	
	OP 5.2 - Melhorar a comunicação institucional interna	
	OP 5.3 - Reforçar a integração da dimensão 'Igualdade de Género' na Organização	
	OP 5.4 - Operacionalizar a mudança das instalações da Rua Artilharia Um e Rua Braamcamp para a Rua Alexandre Herculano	
	OP 5.5 - Melhorar os Procedimentos de Controlo Interno	
	OP 5.6 - Gerir com Eficácia os Recursos Humanos	
	OP 5.7 - Dinamizar e Capacitar o Sistema de Arquivo da CCDD LVT	
	OP 5.8 - Promover a gestão da segurança da informação	
	OP 5.9 - Promover a coordenação no domínio jurídico	

Objetivo operacional	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação <i>(a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)</i>
5.6	5.6.1 -Implementação do novo sistema de registo de assiduidade	DSCGAF	Anulado: Atendendo aos constrangimentos financeiros não foi possível esta CCDD avançar com a aquisição do sistema de registo de assiduidade a integrar com o sistema informático.

Atividades de Suporte		
Atividade	Recursos Humanos	
	Jurídica	
	Tecnologia, Informação e Comunicação	
	Planeamento, Monitorização e Avaliação Internos	
	Financeiros e Patrimoniais	

Atividade de suporte	Indicador de desempenho	Unidade orgânica responsável	Fundamentação <i>(a classificação semafórica resulta do nível de concretização de todos os indicadores do objetivo operacional, caso integre mais do que um)</i>
Recursos Humanos	18- Gerir os procedimentos concursais	Recursos Humanos	Não concretizado: Durante o ano 2014, não ocorreram procedimentos concursais para recrutamento de Dirigentes e trabalhadores (CTFP por tempo indeterminado).
	19- Rever as informações constantes na base de dados referentes aos processos individuais dos trabalhadores	Recursos Humanos	Anulado: Escassez de Recursos Humanos e limitações de ordem financeira
Planeamento, Monitorização e Avaliação Internos	2 -SIADAP 1: Elaborar e remeter à PCM o 1.º Relatório de Monitorização do QUAR 2014	DSCGAF	Anulado: Conforme justificação apresentada na at.suporte 6 o SiID só ficou operacional a 19.05.2015, pelo que se optou por elaborar o 1º relatório reportado ao semestre.
	6 -SIADAP 1: Operacionalizar o SIID para monitorização dos indicadores de desempenho do PA 2014	DSCGAF	Não concretizado: o Siid iniciou o processo de monitorização do PA e QUAR 2014 a 19 maio, não foi possível atingir a meta (até 28 fevereiro), atendendo à mudança de instalações e à afetação de trabalho pelos técnicos
	8-SIADAP 2 e 3: Elaborar e remeter o Relatório de Avaliação de Desempenho	DSCGAF	Anulado: O Relatório passou a reportar-se apenas ao SIADAP 3 e só deve ser elaborado no final do ciclo avaliativo 2013-2014
	9 - Aprovar novo Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC)	DSCGAF	Não concretizado: O Plano foi aprovado em data posterior à meta
	10 -Elaborar o Relatório de Higiene e Segurança no Trabalho	DSCGAF	Anulado: A CCDR não dispõe de Técnico certificado na área da Higiene e Segurança no trabalho e as limitações financeiras impediram o investimento na formação para certificação
	17- Implementação do novo Sistema de controlo de receitas - aplicação recDyme	DSCGAF	Não concretizado: limitações de ordem financeira impediram a concretização da at. suporte

Atividades desenvolvidas não previstas no Plano de Atividades 2014: indicação dos resultados alcançados

Atividade realizada não prevista	Unidade orgânica responsável	Unidade orgânica responsável
Participação na preparação do Aviso relativo ao convite para apresentação das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Aviso relativo ao concurso de pré-qualificação das parcerias para o Desenvolvimento Local de base Comunitária	DSDR	DSDR
Envolvimento no Projeto DOROTHY	DSDR	DSDR
Participação na definição da estrutura da regulamentação específica dos domínios da competitividade e internacionalização e sustentabilidade e eficiente utilização dos recursos e na análise do sistema de informação do Fundo Social Europeu 2014/2020.	DSDR	DSDR
No contexto da avaliação ex-ante dos Instrumentos Financeiros do período 2014/2020, participação na definição das cláusulas técnicas do concurso relativo à respetiva aquisição de serviços e depois em dois Focus Group.	DSDR	DSDR
No âmbito do programa Aproximar, na vertente subordinada à descentralização, colaboração com a SEAL no trabalho de levantamento de competências com dupla intervenção da Administração Central e da Administração Local, tendo sido responsável pela identificação dessas situações (atuação sequencial, conjunta, complementar e concorrencial) nas áreas da Defesa do Consumidor, da Habitação e da Polícia e Segurança Pública e confirmado as áreas da Educação e Ciência, Ordenamento e Urbanismo e Transportes e Comunicação).	DSAJAL	DSAJAL
Apoio à realização e divulgação do workshop sobre Contratação Pública e o Portal Base (duas sessões de meio dia cada), numa parceria com o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), nas instalações da CCDR.	DSAJAL	DSAJAL
Divulgação de Apontamentos Legislativos, na página da internet da CCDR-LVT, no âmbito da atividade financeira das autarquias locais.	DSAJAL	DSAJAL
Desenvolvimento de um mecanismo de alerta, com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, enviado através de newsletter a todas as freguesias, tendo como objetivo o cumprimento das obrigações de reporte à DGAL no âmbito financeiro	DSAJAL	DSAJAL
No âmbito da Validação das Prestações de Contas dos Municípios, elaboração de uma base de dados, onde são inseridos todos os elementos necessários aos trabalhos de validação das contas dos 52 Municípios da RLVT	DSAJAL	DSAJAL
Colaboração no processo legislativo a pedido de gabinetes de membros do Governo através da apreciação de projetos de diplomas legais diversos (11 prestações)	DSAJAL	DSAJAL
Divulgação de Notas Informativas, na intranet do serviço, no âmbito dos Recursos Humanos	DSCGAF	DARH
Reorganização do arquivo de Odívetas	DSCGAF	DDRI
Envolvimento no processo de mudança para um novo edifício, em Lisboa.	Todas as Unidades Orgânicas	Todas as Unidades Orgânicas

4. Grandes Opções de Plano de Governo 2012-2015: atividades desenvolvidas

Grandes Opções do Plano de Governo 2012-2015 (Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro)										
Matriz de alinhamento organizacional										
5ª Opção - O Desafio do Futuro: Medidas setoriais prioritárias										
Nível 1 - Política Pública					Nível 2 - Estratégico		Nível 3 - Operacional			
Mar										
Atividades planeadas GOP de Governo 2012-2015		Atividades planeadas	Atividades em curso CDDR LVT 2014	Documento de referência	Área de intervenção	Objetivo Estratégico	Relação com o Nível 1	Objetivo Operacional/Atividade de suporte ou correntes mais relevantes	Relação com o Nível 2	Área de intervenção
Desenvolvimento de ações assentes num pensamento estratégico sobre a dimensão marítima de Portugal.		Participar nas reuniões do Grupo de Trabalho coordenado pela DGPM, no âmbito do Fórum do Atlântico; apresentar propostas, dar resposta a solicitações no âmbito da construção do Plano de desenvolvimento da "Smart Ação da Estratégia do Atlântico; articular com a Comissão do Arco Atlântico, representante das Regiões no Fórum do Atlântico; participar na revisão da Estratégia Nacional para o Mar no âmbito do grupo de coordenação do MAMAOT/CIAM.	Proposta de definição e enquadramento das prioridades da Região de Lisboa na Estratégia Atlântica, no âmbito do Plano de desenvolvimento da "Smart Action of the Atlantic Arc". Emissão de parecer sobre a AAE do FEAMP.	GOP 2012-2015	Desenvolvimento Regional	Dinamizar o planeamento regional estratégico e a cooperação inter-regional, em parceria com os agentes regionais	Relação direta	Participar na implementação do Plano de ação da Estratégia do Atlântico (PA EA) e do Plano Mar Portugal na RLVT	Relação direta	Desenvolvimento Regional
Ambiente										
Atividades planeadas GOP de Governo 2012-2015		Atividades planeadas CDDR LVT	Atividades em curso CDDR LVT 2014	Documento de referência	Área de intervenção	Objetivo Estratégico	Relação com o Nível 1	Objetivo Operacional/Atividade de suporte ou correntes mais relevantes	Relação com o Nível 2	Área de intervenção
Combate às alterações climáticas, com a promoção de uma economia de baixo carbono e redução das emissões nacionais		Continuar a monitorizar a aplicação do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar	Acompanhamento da aplicação de medidas do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, designadamente a implementação da ZER em Lisboa	GOP 2012-2015	Ambiente	Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão ambiental	Relação direta	Avaliar a qualidade do Ar e Ruído	Relação indireta	Ambiente
Revisão da Lei de Bases do Ambiente e da Lei de Solos		Apreciação Jurídica de propostas legislativas	Apreciação Jurídica de propostas legislativas	GOP 2012-2015	Jurídica	Melhorar o desempenho organizacional	Relação indireta	Garantir o apoio jurídico aos serviços da CDDR	Relação direta	Jurídica
Grandes Opções do Plano de Governo 2012-2015 (Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro) e 2013 (Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro)										
Matriz de alinhamento organizacional										
5ª Opção - O Desafio do Futuro: Medidas setoriais prioritárias										
Nível 1 - Política Pública					Nível 2 - Estratégico		Nível 3 - Operacional			
Ordenamento do Território										
Atividades planeadas GOP de Governo 2012-2015		Atividades planeadas CDDR LVT	Atividades em curso CDDR LVT 2014	Documento de referência	Área de intervenção	Objetivo Estratégico	Relação com o Nível 1	Objetivo Operacional/Atividade de suporte ou correntes mais relevantes	Relação com o Nível 2	Área de intervenção
Simplificação do modelo institucional do ordenamento, diminuindo as entidades setoriais intervenientes nos processos, concentrando competências em matéria de ordenamento do território e gestão urbanística e optando por um modelo que permita a existência de um único interlocutor para os município e municípios		Elaboração de fluxograma de acompanhamento de PU e PP	3.2.2 - Elaboração de parecer-base para apreciação PU e PP	GOP 2012-2015	Ordenamento do Território	Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão territorial e a cooperação com a administração local	Relação direta	Participar no desenvolvimento dos PU e PP	Relação direta	Ordenamento do Território
		Atualização de Normas e Formulários da REN	Procedimento em curso, apesar de não constar do PA	GOP 2012-2015	Ordenamento do Território	Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão territorial e a cooperação com a administração local	Relação direta		Relação direta	Ordenamento do Território
		Emissão de pareceres a estudos e propostas de Revisão de PDM nos prazos estabelecidos nos cronogramas	3.1.1 - Pareceres a estudos e propostas emitidos nos prazos estabelecidos nos cronogramas	GOP 2012-2015	Ordenamento do Território	Prosseguir e consolidar o planeamento e a gestão territorial e a cooperação com a administração local	Relação indireta	Acompanhar a revisão dos PDM	Relação indireta	Ordenamento do Território
		Apreciação Jurídica de propostas legislativas	Apreciação Jurídica de propostas legislativas	GOP 2012-2015	Jurídica	Melhorar o desempenho organizacional	Relação indireta	Garantir o apoio jurídico aos serviços da CDDR	Relação direta	Jurídica
Economia e Emprego										
Atividades planeadas GOP de Governo 2012-2015		Atividades planeadas CDDR LVT	Atividades em curso CDDR LVT 2014	Documento de referência	Área de intervenção	Objetivo Estratégico	Relação com o Nível 1	Objetivo Operacional/Atividade de suporte ou correntes mais relevantes	Relação com o Nível 2	Área de intervenção
(5.1.6) Desenvolvimento regional e fundos comunitários		Contribuir para a preparação do próximo período de programação 2014-2020	Desenvolvimento dos trabalhos tendentes à aprovação do POR Lisboa 2014-2020, o que veio a ocorrer em dezembro de 2014. Neste âmbito foi ainda elaborado o documento relativo à Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa. Ainda no ano 2014 iniciaram-se os trabalhos de elaboração da regulamentação específica para a abertura de concursos no âmbito dos diferentes Programas Operacionais, Regionais e Temáticos.	GOP 2012-2015	Desenvolvimento Regional	Dinamizar o planeamento regional estratégico e a cooperação inter-regional, em parceria com os agentes regionais	Relação direta	Envolver os atores regionais na implementação do PARL 2014-2020	Relação direta	Desenvolvimento Regional

5. Informação complementar: alíneas a) a f) do ponto 2 do artigo 15.º “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro

Dispõe o n.º 2 do artigo 15.º “Autoavaliação” da Lei N.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o SIADAP, que a autoavaliação é parte integrante do relatório de atividades e anual e deve ser acompanhada de informação relativa à constante das alíneas a) a f) abaixo referidas.

Seguindo a orientação da alínea f) – Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços, e para dar resposta a esta disposição legal, esta CCDR promoveu o envolvimento dos dirigentes intermédios na respetiva apreciação das alíneas ora em análise, enviando-se um questionário-tipo, à semelhança do ano transato, cujos resultados ora se apresentam:

Alínea a) – Apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos:

No âmbito da apreciação da quantidade e qualidade dos serviços prestados, por parte dos utilizadores externos (entidades parceiras e utentes em geral) esta CCDR aplicou o inquérito de satisfação aos utilizadores externos: utentes em geral (*site*) e entidades parceiras (366 *e-mails* dirigidos). O inquérito esteve aberto para resposta de 1 a 30 de setembro 2014. O universo de respostas foi de 77 e o **grau de satisfação** obtido foi de **3,67** numa escala de 1 a 5. Os resultados discriminados (Anexo 3_Resultados dos inquéritos de satisfação aos utilizadores externos: utentes em geral (*site*) e entidades parceiras) foram disponibilizados na Intranet e no *site* da CCDR LVT.

Presidência do Conselho de Ministros
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Diagnóstico de satisfação dos clientes externos:
utentes em geral e entidades parceiras
autoavaliação do serviço 2014**

A avaliação dos serviços é realizada anualmente em articulação com o Ciclo de Gestão e efetua-se através da respetiva Autoavaliação dos serviços, parte integrante do Relatório de Atividades anual (Sistema de gestão e avaliação de desempenho da Administração Pública / SIADAP 1).

Dessa autoavaliação deve constar o resultado da audição por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, com especial relevo quando se trate de unidades prestadoras de serviços a utilizadores externos (alínea a) do ponto 2. do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro que estabelece o SIADAP 1, 2, 3).

A metodologia adotada, em 2014, consistiu na aplicação de um inquérito de satisfação dirigido ao utente, em geral, e às entidades parceiras.

Foi utilizada uma ferramenta, acessada pela Internet, com preenchimento on-line e acesso através do site institucional (www.ccdr-lvt.pt), disponível para o utente, em geral, para resposta durante o período de 01 de setembro até 30 de setembro. Para as entidades parceiras, foram remetidos *email*s, a 01 de setembro, com acesso direto ao mesmo *link* do site institucional.

Foi efetuada divulgação no site, facebook e newsletter institucionais com reforço nos últimos dias do fim do prazo para resposta.

Foi garantida a confidencialidade dos dados.

Resultados globais do inquérito de satisfação aplicado ao utente em geral e às entidades parceiras / 2014

Participações Globais: 77

Grado de Satisfação:

Muito insatisfeito: 1
Muito satisfeito: 5

Foi respondidos 77 inquéritos e o grau de satisfação atingido foi de **3,67** (numa escala de 1 a 5) e resultado da média aritmética dos resultados das cinco questões do inquérito de satisfação aplicado.

Outubro 2014

Presidência do Conselho de Ministros
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

A aplicação dos inquéritos e respetivo tratamento de dados foram desenvolvidos no âmbito **Objetivo Operacional (OP) 5.1: Promover a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores internos e externos do Plano de Atividades de 2014:**

Indicador de desempenho: Auscultação e Diagnóstico da Satisfação dos Clientes Externos (cidadãos e entidades parceiras)

Meta: 3,30
Tolerância: 0,20
Forma de cálculo: Grau de satisfação alcançado

Nota: o indicador foi superado.

O presente documento apresenta os resultados da audição dos utilizadores externos, nas vertentes indicadas, tendo como objetivo apontar áreas potenciais de atuação, decorrentes dos resultados, comparações, comentários e sugestões, que suportem o planeamento de ações de melhoria organizacional.

Outubro 2014

Alínea b) – Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)

Questões	Aplicado <i>(colocar X na opção correta)</i>			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			No ano 2014 foi elaborada uma proposta de revisão da Norma de Controlo Interno. A CCDD-LVT conta também com diversos manuais para as suas áreas de intervenção (ordenamento do território, ambiente e administração local) e com os Manuais dos circuitos e procedimentos na área da gestão (Recursos Humanos, Procedimentos concursais, Financeira e Contratação Pública)
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Os atos relevantes são sancionados pelas diversas chefias.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			O Fiscal Único é um órgão da CCDD LVT e a empresa nomeada está devidamente habilitada para as auditorias internas no âmbito das atividades financeiras
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Existe Código de Ética e Conduta Profissional. Estão definidos valores: ética, rigor e inovação, bem como princípios de gestão.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		No ano 2014, atendendo às restrições orçamentais, decorrentes das limitações financeiras impostas aos Organismos da Administração Pública e ao processo de reestruturação da CCDD LVT, não foi elaborado Plano de Formação Interna. As ações de formação decorreram de necessidades específicas, identificadas pontualmente ao nível dos serviços, privilegiando-se a inscrição em ações externas, preferencialmente, gratuitas
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			São realizadas periodicamente reuniões entre a presidência da CCDD LVT e os respetivos dirigentes.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			A A DSOT foi objeto de uma auditoria à gestão da REN efetuada pela IGAMAOT, encontrando-se a incorporar as recomendações resultantes dessa ação.O PORLI foi objeto de 2 auditorias: IGF - Inspeção-Geral de Finanças Auditoria temática aos sistemas de gestão e controlo do QREN – FEDER e ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP - Amostras de operações Regional de Lisboa (POR Lisboa) -Verificação da regularidade e legalidade das despesas certificadas - Certificação da despesa à CE de 01/01/2013 a 31/12/2013)
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Face à previsão da nova estrutura orgânica, foram já feitos reajustes internos em algumas unidades orgânicas.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			A Lei do Orçamento de Estado de 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), veio introduzir alterações significativas à Lei do SIADAP. O ciclo de avaliação do subsistema SIADAP 2 passa a ser de cinco ou três anos, conforme a duração da comissão de serviço, por sua vez, no subsistema SIADAP 3 a avaliação de desempenho passar a ser bienal. Desta feita, somente após o ciclo 2013/2014, em curso, será possível a elaboração do Relatório Anual de Avaliação de Desempenho SIADAP 2 e 3.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			No ano 2014, dos 138 trabalhadores houve 45 participantes em modalidades de formação, perfazendo 32,6%

3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço

3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			A CCDDR LVT conta com diversos manuais para as suas áreas de intervenção (ordenamento do território, ambiente, administração local), manual de procedimentos da AG do PORLisboa e Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do PORLisboa, Manuais dos circuitos e procedimentos de gestão: Recursos Humanos, dos procedimentos concursais, Financeira e Contratação Pública . Em 2014 foi revista a Norma de Controlo interno
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Durante o ano 2014 a competência para autorização de despesa ficou centralizada no Presidente
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			O Plano de compras é definido, anualmente, em sede de Plano de Atividades
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Pontualmente são feitas reafetações de acordo com as necessidades dos serviços.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Os manuais, normas e despachos de gestão contemplam as mais relevantes responsabilidades funcionais da CCDDR-LVT.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Os manuais contêm fluxogramas descritivos dos processos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			O sistema de gestão documental (Filedoc) contribui para a não redundância.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			No ano 2014 foi aprovado um novo Plano de Gestão de Riscos e Infrações conexas (dezembro)
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Em 2014, da avaliação das atividades e dos riscos inerentes às atividades resultou a elaboração do novo Plano

4 – Fiabilidade dos sistemas de informação

4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e	X			Sistema SINGAP Filedoc
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Integração ao nível de processos documentais, entidades e documentos
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Não existe um mecanismo formal, mas cada um dos pontos é assegurado pelos utilizadores
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existe um conjunto de documentos formais que suportam o Sistema de Gestão de Segurança da Informação da CCDDR LVT
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			São feitos backups diários
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Através da utilização de um conjunto de tecnologias de rede adequadas a cada serviço de rede disponível

Alínea c) – Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes:

Não existiram incumprimentos no QUAR 2014; quanto aos objetivos do restante Plano de Atividades 2014 que tenham tido resultados insuficientes, as unidades orgânicas apresentaram as justificações no SIID que constam do ponto “3. Plano de Atividades 2014 – Avaliação dos resultados alcançados”; naqueles casos em que um dos indicadores não foi cumprido mas que, face ao seu peso não influencia a concretização do objetivo operacional, destaca-se:

Objetivo Operacional 5.3 – Reforçar a integração da dimensão “Igualdade de Género”

Prossecução da implementação do Plano de Ação IG CCDD-LVT 2013 (2014)	Mensal	Meta = 1	Desvio parcial=0%	Desvio meta=0%	Medição Atual = 1,1 em 01-01-2015 (1)	
Elaboração do relatório anual 2013 a enviar à Tutela	Semestral	Meta = 1	Desvio parcial=100%	Desvio meta=100%	Medição Atual = 0 em 01-01-2015 (1)	
Elaboração de relatórios de monitorização (1 anual 2013 e 1 de progresso 2014 e 1 final 2014)	Trimestral	Meta = 3	Desvio parcial=33%	Desvio meta=33%	Medição Atual = 2 em 01-01-2015 (3)	
Auscultação e Diagnóstico da Satisfação dos Colaboradores	Mensal	Meta = 3	Desvio parcial=0%	Desvio meta=0%	Medição Atual = 3,44 em 01-01-2015 (3)	

Elaboração do Relatório anual 2013 a enviar à Tutela: O indicador não foi concretizado porque durante o ano 2014, atendendo à mudança de Tutela (Decreto-Lei n.º 167-A/2013, de 31 de dezembro) não ocorreu nenhuma solicitação.

O Relatório 2013/2014 foi requerido a 12 janeiro de 2015 pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, equipa interdepartamental da PCM para o V PNI (V Plano Nacional de Igualdade).

Alínea d) – Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho:

Decorrentes do contexto externo e interno, nomeadamente, das políticas públicas estruturantes como a Estratégia de Especialização Inteligente Regional de Lisboa 2014-2020(EREIL), o alinhamento com o Acordo de Parceria 2014-2020 com o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 e com o Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020; os constrangimentos financeiros dos Organismos da Administração Pública conjugado com o processo de reestruturação orgânica das CCDD e a atribuição de novas competências, foram identificados, para o ciclo de gestão 2015, as seguintes prioridades, com vista a um reforço positivo do desempenho, para prossecução dos objetivos explanados no QUAR2015 e PA2015:

- ✓ OTIMIZAR A APLICAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS: encerramento do QREN 2007-2013; execução do PORL 2014/2020; acompanhamento das dinâmicas regionais;
- ✓ Postura de DIÁLOGO E COOPERAÇÃO ATIVA com os municípios da Região e aproximação a todas as áreas do território;
- ✓ ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE/CIDADÃO: constituição do Gabinete de apoio ao beneficiário POR LISBOA 2020 e Gabinete de Apoio ao Utente, no âmbito da Cooperação Técnica, do Ambiente, do Urbanismo, do Ordenamento e da Administração Local;
- ✓ COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO: articulação inter e transetorial das direções de serviços e das divisões da CCDR LVT (interna) e concertação, participação e cooperação com outras instituições, entidades nacionais, regionais e locais e internacionais (externa); realização de conferências sobre Urbanismo, Ambiente e Desenvolvimento Regional;
- ✓ EFICIÊNCIA E QUALIDADE: serviço público de melhor qualidade, eficácia e eficiência, num quadro de desempenho valorizado;

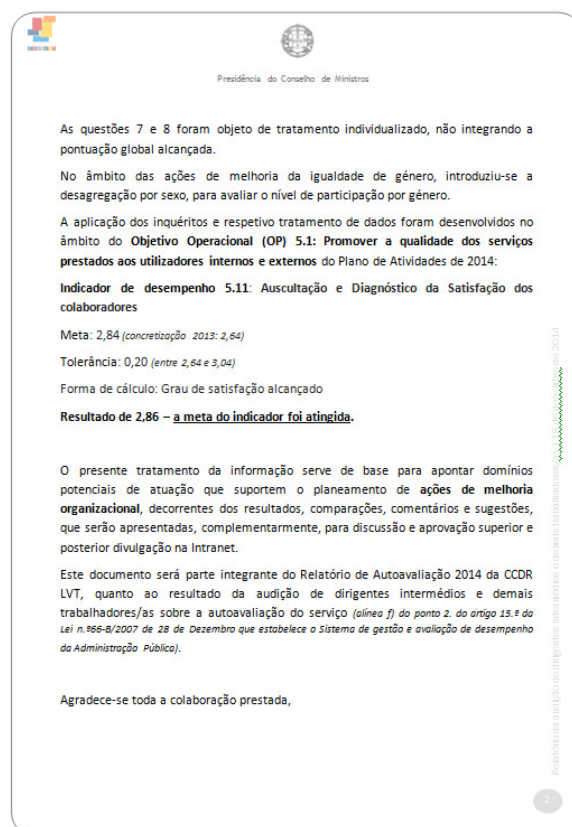
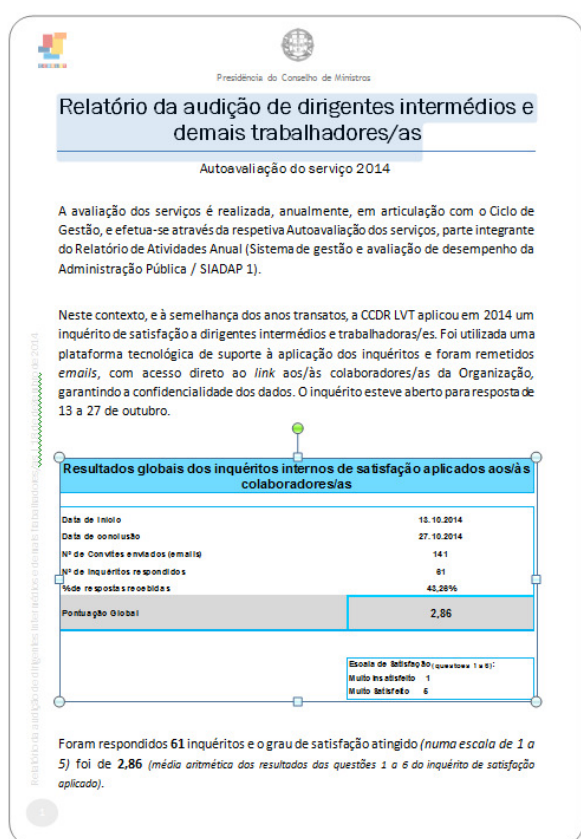
Alínea e) – Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação:

Não foram promovidas evidências no âmbito deste parâmetro.

Alínea f) – Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços:

Por um lado, e conforme o referido na introdução do presente ponto “6. Informação complementar” foi dada resposta à *alínea f) – Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços*, através da promoção do envolvimento dos dirigentes intermédios na respetiva apreciação da autoavaliação enviando-se o questionário-tipo aplicado por outros organismos.

Por outro lado, no contexto da audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores, a CCDR LVT, aplicou em 2014 ao universo total dos trabalhadores o **Inquérito de satisfação aos dirigentes intermédios e trabalhadores**. Utilizou-se uma ferramenta, acedida pela Internet, que permitiu o preenchimento *on-line* de todos os trabalhadores, garantida a confidencialidade dos dados. Adotou-se a metodologia CAF (*Common Assessment Framework*). O inquérito de satisfação foi lançado, em 13/10/2014, mantendo-se aberto para resposta até 27/10/2014; foi enviado um *email* personalizado aos colaboradores para acesso direto ao link e divulgado o procedimento na Intranet. Dos 141 convites endereçados foram respondidos 61 (**43.26%**), o grau de satisfação atingido foi de **2.86** (escala de 1 a 5) e os resultados desta audição foram, também, divulgados na Intranet (Anexo 4_Resultados do inquérito de satisfação aos dirigentes intermédios e trabalhadores), a todos os colaboradores:



6. Comparação das unidades homogêneas

Quanto aos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 16.º da Lei N.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o processo de monitorização das competências dos objetivo operacionais das delegações sub-regionais, desta CCDR, é operacionalizado de uma forma centralizada, através das direções de serviço das áreas de intervenção chave desta CCDR: ambiente, ordenamento do território e administração local. Efetivamente, nos casos em que as sub-regionais desenvolvem atividades monitorizadas pelo SIID, são os serviços centrais coordenadores que introduzem os respetivos resultados globais. Ao nível do SIADAP 2, cada dirigente será avaliado pelos respetivos resultados obtidos (previamente, à contratualização de objetivos, estes são harmonizados, tendo em vista a sua posterior comparabilidade).

Quanto aos n.ºs 5 e 6 do artigo e diploma acima referenciados não foram definidos pela Tutela parâmetros de comparação, contudo a SGPCM propôs para o próximo Ciclo de gestão, a inclusão, no QUAR 2015, dos indicadores infra, que permitem a comparabilidade entre CCDD's, enquanto serviços periféricos da Presidência do Conselho de Ministros

(de caráter obrigatório para todas as CCDD):

QUALIDADE

OOP6: Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do Ordenamento do Território, Ambiente e Desenvolvimento Regional

	Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização
Ind7	Nº de conferências/ações de sensibilização sobre Urbanismo/Ambiente e Desenvolvimento Regional	0	0	10	2	13	50%			
Ind8	Taxa de cobertura territorial das conferências/ações de sensibilização	0	0	90%	5%	100%	50%			

(de caráter opcional, mas que a CCDD LVT optou por incluir):

EFICIÊNCIA

OOP4: Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na região

	Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização
Ind4	Taxa de apreciação de candidaturas no Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020	0	0%	80%	10%	100%	70%			
Ind5	Taxa de execução financeira do PORLis (Programa Operacional Regional de Lisboa - QREN) a 31 dezembro 2015	0	0%	85%	5%	100%	30%			

7. Fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho (SIID)

O Sistema de Informação de Indicadores de Desempenho (SIID) garante a separação de funções e atribuição de perfis de acesso conforme a Norma ISO27001 e os seus controlos da ISO27002. O acesso ao SIID é efetuado através de *login single-sign-on* com parâmetros de segurança elevados; a salvaguarda de informação é garantida diária e semanalmente existindo um servidor de testes com réplica da informação.

III. Afetação de Recursos

1. Recursos Humanos

✓ Efetivos reais a 31/12/2014

GRUPO DE PESSOAL	EFFECTIVOS REAIS A 31.12.2014				
	COMISSÃO DE SERVIÇO	CTFP	CTFP A TERMO RESOLUTIVO INCERTO	CONTRATO DE AVENÇA	TOTAL DE EFFECTIVOS
Dirigentes - Direção Superior (*)	6				6
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	15				15
Técnico Superior - (inclui especialistas e técnicos de informática)*		64	5	1	70
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)		2			2
Assistente Técnico e vigilantes da natureza		39	1		40
Fiscal técnico de obras		0			0
Assistente operacional		5			5
TOTAL	21	110	6	1	138

✓ QUAR 2014: concretização recursos humanos

Recursos Humanos							
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	UERH PLANEADOS	PONTUAÇÃO PLANEADA	UERH REALIZADOS	PONTUAÇÃO REALIZADA	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior (*)	20	8	1816	160	1362	120	-25%
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	16	3632	256	3405	240	-6%
Técnico Superior - (inclui especialistas e técnicos de informática)	12	87	19749	1044	15890	840	-20%
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	2	454	18	454	18	0%
Assistente Técnico e vigilantes da natureza	8	46	10442	368	9080	320	-13%
Fiscal técnico de obras	7	1	227	7	0	0	-100%
Assistente operacional	5	6	1362	30	1135	25	-17%
Total		166	37682	1883	31326	1563	-17%

* inclui 2 vogais não executivos e 2 secretários técnicos afetos ao PORLisboa

2. Recursos Financeiros

✓ Orçamento de funcionamento

Quadro Resumo - Orçamento de Funcionamento 2014

Unid: em euros

AGRUPAMENTO/ F. DE FINANCIAMENTO	FUNCIONAMENTO							TOTAL
	311	416	419	422	423	510	520	
Despesas com o Pessoal								
RCP	895.987	39.597		18.993	39.878	1.394.945	763.726	3.153.126
Abonos Variáveis	48.668					6.424	6.746	61.837
Segurança Social	232.370					250.368	283.021	765.759
Total Desp. com o Pessoal	1.177.025	39.597	0	18.993	39.878	1.651.736	1.053.493	3.980.723
Funcionamento								
Aquisição de Bens						34.410		34.410
Aquisição de Serviços		2.516	18.131	0	0	441.226	583.070	1.044.942
Total Aquis. Bens e Serv	0	2.516	18.131	0	0	475.635	583.070	1.079.352
Outras Desp. Correntes						35.534		35.534
Capital						26.073		26.073
Total de Funcionament	0	2.516	18.131	0	0	537.243	583.070	1.140.959
Total Geral	1.177.025	42.114	18.131	18.993	39.878	2.188.979	1.636.562	5.121.682
TOTAL ORÇAMENTO								5.121.682

Fonte: Quidgest a 31.12.2014

✓ Orçamento de funcionamento: evolução 2011/2014

CCDR LVT Evolução da execução orçamental - Despesa

Orçamento de Funcionamento - Actividade 122

DESPESA \ ANOS	2010	2011		2012		2013		2014	
	Despesa	Despesa	Evol.	Despesa	Evol.	Despesa	Evol.	Despesa	Evol.
Despesas com o Pessoal									
RCP	4.463.101	4.187.282	-6,18%	3.611.127	-13,76%	3.539.360	-1,99%	3.153.126	-10,91%
Abonos Variáveis	84.392	37.576	-55,47%	21.271	-43,39%	15.200	-28,54%	61.838	306,83%
Segurança Social	814.694	763.734	-6,26%	639.848	-16,22%	769.105	20,20%	765.759	-0,44%
Total Desp. com o Pessoal	5.362.187	4.988.593	-6,97%	4.272.246	-14,36%	4.323.665	1,20%	3.980.723	-7,93%
Funcionamento									
Aquisição de Bens	79.093	53.028	-32,95%	53.421	0,74%	31.864	-40,35%	34.410	7,99%
Aquisição de Serviços	1.038.620	1.609.547	54,97%	1.637.314	1,73%	1.432.453	-12,51%	1.044.942	-27,05%
Total Aquis. Bens e Serv.	1.117.713	1.662.576	48,75%	1.690.735	1,69%	1.464.317	-13,39%	1.079.352	-26,29%
Outras Desp. Correntes	70.330	49.034	-30,28%	192.946	293,49%	64.271	-66,69%	35.534	-44,71%
Capital	295	5.110	1632%	264.216	5070,40%	68.139	-74,21%	26.073	-61,74%
Outras despesas	1.188.338	1.716.720	44,46%	2.147.896	25,12%	1.596.728	-25,66%	1.140.959	-28,54%
Total Geral	6.550.525	6.705.313	2,36%	6.420.142	-4,25%	5.920.393	-7,78%	5.121.682	-13,49%

✓ Orçamento de investimento

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC) 2014

PROGRAMAS ORÇAMENTAIS		MEDIDA		PROJECTO		FUNC.	Dotação Ajustada		Execução 31.12.2014	Taxa de Execução
CÓD	DESIGNAÇÃO	CÓD	DESIGNAÇÃO	CÓD	DESIGNAÇÃO		F.N	F.C		
02	Governança e Cultura	M028	Habituação e Serviços Colectivos - Administração e Regulamentação	9260	Promoção, Cooperação, Internacionalização e valorização Territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo	2041	61.250	0	60.958	100%
		M033	Habituação e Serviços Colectivo - Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	4840	Monitorização Ambiental - Ar, Ambiente Sonoro	2046	327.681		272.716	83%
		M063	Outras Funções Económicas - Administração e Regulamentação	6299	Assistência Técnica Global do POR LVT	3051	32.152	697.191	634.538	87%
				7473	Observatório das Dinâmicas Regionais - AML		14.598	38.930	29.066	54%
TOTAIS							435.681	736.121	997.278	85%

✓ Quar 2014: concretização recursos financeiros

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	5.100.181,00 €	5.121.682,00 €	
Despesas c/Pessoal	4.090.497,00 €	3.980.723,00 €	-3%
Aquisições de Bens e Serviços	771.788,00 €	1.079.352,00 €	40%
Outras despesas correntes	172.296,00 €	35.534,00 €	-79%
PIDDAC	1.234.045,00 €	997.278,00 €	-19%
Outros valores	65.600,00 €	26.073,00 €	-60%
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	6.334.226,00 €	6.118.960,00 €	-3%

Nota justificativa dos desvios:

- a) Aquisição de bens e serviços- o montante de € 1.079.352, inclui o valor de 601.200€ que corresponde ao pagamento do arrendamento do edifício da Rua Alexandre Herculano, 37à " Estamo - Participações Imobiliárias SA"

3. Recursos Patrimoniais

✓ Frota automóvel

No decurso de 2014, foram adquiridas 2 viaturas em regime de aluguer operacional, e foram abatidas 4 viaturas. A frota automovel continua numa situação muito degradante verificando-se um aumento de gasto com a sua manutenção, sendo composta por 22 viaturas.

✓ Instalações

Conforme previsto foi efetuada a mudança para o edifício da Rua Alexandre Herculano, nº 37, que concentrou os serviços sede, deixando as instalações da Rua Artilharia Um e Rua Braamcamp. Esta mudança permitiu uma racionalização dos encargos relacionados com o seu funcionamento, bem como a obtenção de ganhos de eficiência no desempenho.

4. Contratação Externa

A execução de contratos registou o valor de 901 590.37€; a desagregação por fornecedor pode ser consultada no quadro seguinte:

ANEXO C						
CONTRATAÇÃO EXTERNA 2014						
Empresa/entidade contratada	Objeto	Objetivos	Tipologia do procedimento	Valor executado (C/ IVA)	Fonte de financiamento (Orçamento/ PIDDAC)	Observações
Vórtice, Lda.	Manutenção do equipamento da rede de monitorização da qualidade do ar (RMQA)	Garantir o adequado funcionamento do equipamento das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar.	Concurso público	96.906,05 €	PIDDAC - Projeto 4840	
BHB - Sistemas e Controlo de Medida, Lda.	Aquisição de analisadores de NOx e de O3 para a RMQA	Garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade das medições estipulados no Decreto Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro.	Concurso público	99.844,02 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Addition - Serviços e Projetos Informáticos, Lda.	Fornecimento de serviços de desenvolvimento do software e assistência técnica ao SI - PORLisboa	Assegurar o correto funcionamento da aplicação informática do PORL	Ajuste direto	37.859,40 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Addition - Serviços e Projetos Informáticos, Lda.	Alojamento da aplicação informática do PORL	Alojamento do sistema informático em servidores que assegurem a capacidade de resposta à utilização interna e externa do sistema, a segurança e a fiabilidade	Ajuste direto	36.900,00 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Jose Miguel Figueiredo - Fotografia Unipessoal, Lda.	Fornecimento de reportagens fotográficas das operações do POR Lisboa/QREN	Criação de um banco de imagens com as reportagens fotográficas das operações do POR Lisboa/QREN no âmbito do Plano de Comunicação do POR Lisboa	Ajuste direto	0,00 €	PIDDAC - Projeto 6299	
LeasePlan Portugal, Lda.	Aluguer operacional de duas viaturas PORL	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	6.190,76 €	PIDDAC - Projeto 6299	
ADENE - Agência para a Energia	Fornecimento serviços especializados no âmbito da eficiência energética	Análise final de candidaturas ao PORL	Ajuste direto simplificado	5.965,50 €	PIDDAC - Projeto 6299	
LCA - Abalada Matos, Lorena de Sêves & Cunhal Sendim - Sociedade de Advogados	Patrocínio Judiciário	Acompanhar as situações de contencioso no POR Lisboa	Ajuste direto	3.259,50 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Webuild - Soluções Informáticas, Lda.	Assistência e Manutenção da Aplicação de Gestão Documental	Salvaguardar o bom funcionamento da aplicação através da realização de iniciativas de manutenção devidamente sistematizada e calendarizadas. Introduzir as alterações necessárias de acordo com a dinâmica da sua utilização e respostas pedidas pelos serviços utilizadores	Ajuste Direto	31.734,00 €	Funcionamento	
Compta, SA.	Licenciamento Anti-spam para Servidores de Correio Eletrónico	Garantir a proteção integrada dos servidores de correio eletrónico da CCDR LVT	Ajuste direto simplificado	1.788,32 €	Funcionamento	
Quidgest, SA.	Manutenção Evolutiva do Sistema SINGAP	Apoio técnico necessário à manutenção evolutiva e bom funcionamento dos módulos aplicativos de suporte à área financeira, patrimonial e recursos humanos	Ajuste Direto	30.858,93 €	Funcionamento	
Securitas, SA.	Vigilância e segurança	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	66.834,46 €	Funcionamento	
EDP	Fornecimento de eletricidade	Assegurar o funcionamento geral	Contrato	90.885,10 €	Funcionamento	

CONTRATAÇÃO EXTERNA 2014 (cont)

EPAL; SM Loures; SM Caldas da Rainha; Aguas do Ribatejo; Aguas de Santarém; CM Torres Novas	Fornecimento de água	Assegurar o funcionamento geral	Contrato	7.216,77 €	Funcionamento	
Repsol Portuguesa, SA.	Combustíveis	Assegurar o funcionamento geral	AQ	15.630,44 €	Funcionamento	
João Gramacho	Avença	Analisar e avaliar estudos e projetos; elaborar pareceres ; participar nas comissões de AIA	Ajuste Direto	23.918,14 €	Funcionamento	
Samsic Portugal Facility Services, SA.	Limpeza e higiene - Serviços	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	36.251,45 €	Funcionamento	
MEO (TMN)	Serviço Móvel Terrestre	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	11.276,38 €	Funcionamento	
Zon	Comunicações	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste Direto	339,18 €	Funcionamento	
PT Portugal	Comunicações	Assegurar o funcionamento geral	Acordo quadro	5.021,54 €	Funcionamento	
NOS	Serviço Combinado de Voz e Dados em Local Fixo	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	65.502,26 €	Funcionamento	
Macif Portugal, SA.	Seguros viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	2.767,51 €	Funcionamento	
Beltrão Coelho, Lda.	Cópia e impressão em regime de outsourcing	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto	32.886,02 €	Funcionamento	
CTT Expresso	Comunicações	Assegurar o funcionamento geral	Contrato	2.789,71 €	Funcionamento	
CTT Correios	Comunicações	Assegurar o funcionamento geral	Contrato	10.469,27 €	Funcionamento	
Odiclíma, Lda.	Manutenção dos aparelhos de ar condicionado da RMQA	Garantir o adequado funcionamento do equipamento	Ajuste Direto	5.040,00 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Clube Viajar, Lda.	Viagens e alojamento	Assegurar o funcionamento geral	Acordo quadro	7.921,44 €	Funcionamento / PIDDAC	
Higiene Plus, Lda.	Higiene e Limpeza - Produtos	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	8.284,77 €	Funcionamento	
Paulo S. Conde, Lda.	Consumíveis de informática	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	1.960,01 €	Funcionamento	
Staples Portugal, SA.	Papel	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	1.522,74 €	Funcionamento	
Olmar, Lda.	Economato	Assegurar o funcionamento geral	Centralizado pelo AQ	813,55 €	Funcionamento	
ANO, Lda.	Plataforma eletrónica de compras públicas	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	1.660,50 €	Funcionamento	
Informática El Corte Inglés, SA.	Upgrade do switch core da rede de comunicações	Assegurar o funcionamento das instalações	Ajuste direto	11.931,00 €	Funcionamento	
Budget Rent a Car	Aluguer de duas viaturas por período inferior a 60 dias	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto simplificado	3.908,77 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Schindler, SA.	Assistencia técnica a elevador	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	882,51 €	Funcionamento	
Sisqual, Lda.	Orçamento de reparação terminal	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	111,01 €	Funcionamento	
Enter-mix, Lda.	Reparação de equipamentos	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	328,96 €	Funcionamento	
C. Dimas, Lda.	Reparação de viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	551,33 €	Funcionamento	
Pneusol, Lda.	Reparação de viatura	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	101,51 €	Funcionamento	
T-TNC, Lda.	Reparação alarme	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	61,84 €	Funcionamento	
Higilar - Sistemas e Produtos de Higiene	Recarga extintores	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	73,80 €	Funcionamento	

CONTRATAÇÃO EXTERNA 2014 (cont)						
Garagem S. Cristóvão, Lda.	Reparação de viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	136,41 €	Funcionamento	
Imaginação Impressa, Lda.	Aquisição de cópias, dobragens, carimbos e cartões	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	657,77 €	Funcionamento	
Energia Ativa, Lda.	Aquisição material informático	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	593,17 €	Funcionamento	
Informática El Corte Inglés, SA.	Aquisição de baterias, fans, tapes e etiquetas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	7.674,49 €	Funcionamento	
Gráfica Expansão, Lda	Aquisição de envelopes e capas	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	1.531,35 €	Funcionamento	
Urbanos, Soluções, Lda.	Serviço de mudanças	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	354,24 €	Funcionamento	
Oficina António Elvas, Lda.	Reparação de viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	4.136,32 €	Funcionamento	
Moura Claudino e Neto, Lda.	Reparação de viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	1.863,55 €	Funcionamento	
BioKill, Lda.	Desinfestação	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	116,85 €	Funcionamento	
Mourão Serra, Unipessoal, Lda.	Aquisição de máquina de encadernar	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	264,45 €	Funcionamento	
José Gilberto M. Batista, Lda.	Reparação de viaturas	Assegurar o funcionamento geral	Ajustes diretos simplificados	904,61 €	Funcionamento	
Quidgest, SA.	Formação no âmbito do SINGAP	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	6.051,60 €	Funcionamento	
Tamet, SA.	Aquisição de comando	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	69,70 €	Funcionamento	
Electróaudio, Lda.	Serviços de gravação 8ª reunião PORL	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto simplificado	768,75 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Letras e Conceitos, Lda.	Aquisição de livro	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	47,28 €	Funcionamento	
Listopsis, Lda.	Aquisição de discos para servidor	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	1.742,30 €	Funcionamento	
ComOn, SA.	Aquisição licença plataforma Issuu	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	356,70 €	Funcionamento	
Brigada Alerta, Lda.	Reparação de quadro elétrico	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	399,75 €	Funcionamento	
ACF, SA.	Alteração sistema iluminação caves	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	1.476,00 €	Funcionamento	
Praxair Portugal Gases, SA.	Contrato de uso e conservação de vasilhame	Garantir o adequado funcionamento do equipamento das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar.	Ajuste direto simplificado	1.328,40 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Odiclima, Lda.	Aquisição aparelho de ar condicionado RMQA	Garantir o adequado funcionamento do equipamento das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar.	Ajuste direto simplificado	1.045,50 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Vórtice, Lda.	Aquisição de serviços de reparação de equipamento da RMQA	Garantir o adequado funcionamento do equipamento das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar.	Ajuste direto simplificado	6.144,21 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Equilog, Lda	Aquisição baterias para UPS da RMQA	Garantir o adequado funcionamento do equipamento	Ajuste direto simplificado	568,26 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Informática El Corte Inglés, SA.	Aquisição de digitalizadores	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	5.238,13 €	Funcionamento	

CONTRATAÇÃO EXTERNA 2014 (cont)						
Addition, Lda.	Módulo de controlo e registo de dívida	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto	11.685,00 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Informática El Corte Inglés, SA.	Configuração de equipamentos de rede	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto	1.107,00 €	Funcionamento	
Vórtice, Lda.	Aquisição de cabeças de amostragem	Garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade das medições estipulados no Decreto Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro.	Ajuste direto	11.652,28 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Vórtice, Lda.	Aquisição de acessório para cabeça	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto simplificado	458,05 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Praxair Portugal Gases, SA.	Aquisição de gases de calibração	Garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade das	Ajuste direto	5.885,77 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Lab. de Metrologia do ISQ	Calibração de calibrador	Garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade das medições estipulados no Decreto	Ajuste direto simplificado	184,50 €	PIDDAC - Projeto 4840	
ISA - Energy Efficiency, SA.	Versão atualizada da aplicação ATMIS	Garantir o adequado funcionamento do equipamento das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar.	Ajuste direto	873,30 €	PIDDAC - Projeto 4840	
INA	Aquisição publicação "LCPA"	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	16,61 €	Funcionamento	
Base 2, Lda.	Aquisição de monitor	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto simplificado -	193,11 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Vórtice, Lda.	Aquisição de analisadores de PM e de tubos de amostragem	Garantir o cumprimento dos requisitos de qualidade das	Ajuste direto	43.763,40 €	PIDDAC - Projeto 4840	
Global Notícias Publicações, SA.	Publicitações obrigatórias	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajustes diretos simplificados	2.216,46 €	Funcionamento	
Mediasado, Lda.	Publicitações obrigatórias	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto simplificado	319,80 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Ordem dos Arquitetos	Ação de formação Lei dos Solos	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	18,00 €	Funcionamento	
Associação Portuguesa de Profissionais de	Ação de formação Secretária Executiva	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	210,00 €	Funcionamento	
Rybenerg, Unipessoal, Lda.	Manutenção ar condicionado	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	153,75 €	Funcionamento	
Informática El Corte Inglés, SA.	Aquisição ponto de acesso sem fios	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	496,19 €	Funcionamento	
SROC Júlio Alves, Mário Batista &	Verificações no local PORL	Assegurar o funcionamento de atividades	Ajuste direto	4.428,00 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Endal, Lda.	Aquisição de estantes	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	3.929,85 €	PIDDAC - Projeto 6299	
Voltor, Unipessoal, Lda.	Reparações eletricas	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	1.483,05 €	Funcionamento	
Escola Socorrismo da CVP	Curso Básico Primeiros Socorros	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	675,00 €	Funcionamento	
Guialmi, SA.	Aquisição de patilhas de suporte de prateleiras	Assegurar o funcionamento geral	Ajuste direto simplificado	123,00 €	Funcionamento	

IV. Relatório Anual de Avaliação de Desempenho SIADAP 2 3

A Lei do Orçamento de Estado de 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), veio introduzir alterações significativas à Lei do SIADAP.

A grande alteração verificada no diploma prende-se com a extensão do período temporal de avaliação dos dirigentes e trabalhadores. Isto é, o ciclo de avaliação do subsistema SIADAP 2 passa a ser de cinco ou três anos, conforme a duração da comissão de serviço. Por sua vez, no subsistema SIADAP 3 o período de avaliação é alargado para dois anos, ou seja, a avaliação de desempenho passar a ser bienal.

Desta feita, somente após o ciclo 2013/2014 será possível a elaboração do Relatório Anual de Avaliação de Desempenho SIADAP 2 e 3.

V. Balanço Social 2014

1. Análise sintética da informação prevista no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro (inclui informação sobre a formação profissional)

O documento Balanço Social 2014: Análise sintética da informação prevista no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, consubstancia o Anexo 6-A.

2. Balanço Social: quadros

Os quadros do Balanço Social 2014, previstos no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, consubstanciam o Anexo 6-B.

VI. Publicidade Institucional

Não foram promovidas iniciativas no âmbito da publicidade institucional.

VII. Gestão do Património Imobiliário do Estado

No Ciclo de Gestão do ano 2014, não foram delineados objetivos relacionados com a execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, regulamentado no âmbito da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado de 2011, que no art.º5.º procede ao aditamento do art.º113-A ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto. Esta CCDR procede à inserção da informação pertinente na plataforma da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

VIII. Modernização Administrativa

A elaboração do Plano Interno com medidas de modernização administrativa a que alude o Decreto-Lei n.º73/2014, de 13 de maio, integra o Ciclo de Gestão do ano 2015 desta CCDR e está considerado no Plano de melhorias a implementar no próximo ano.

IX. Formação

Atendendo às restrições orçamentais decorrentes das limitações financeiras impostas aos Organismos da Administração Pública e ao processo de reestruturação da CCDR LVT, não foi elaborado Plano de Formação Interna no ano 2014. A frequência de 25 modalidades de formação proporcionada aos trabalhadores decorreu de necessidades específicas, identificadas, pontualmente, ao nível dos serviços, privilegiando-se a inscrição em ações externas, preferencialmente, gratuitas.

O Relatório de Formação Interna 2014 e o questionário da Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) sintetizam a formação interna e consubstanciam, respetivamente, os anexos 7-A e 7-B.

X. Igualdade de Género

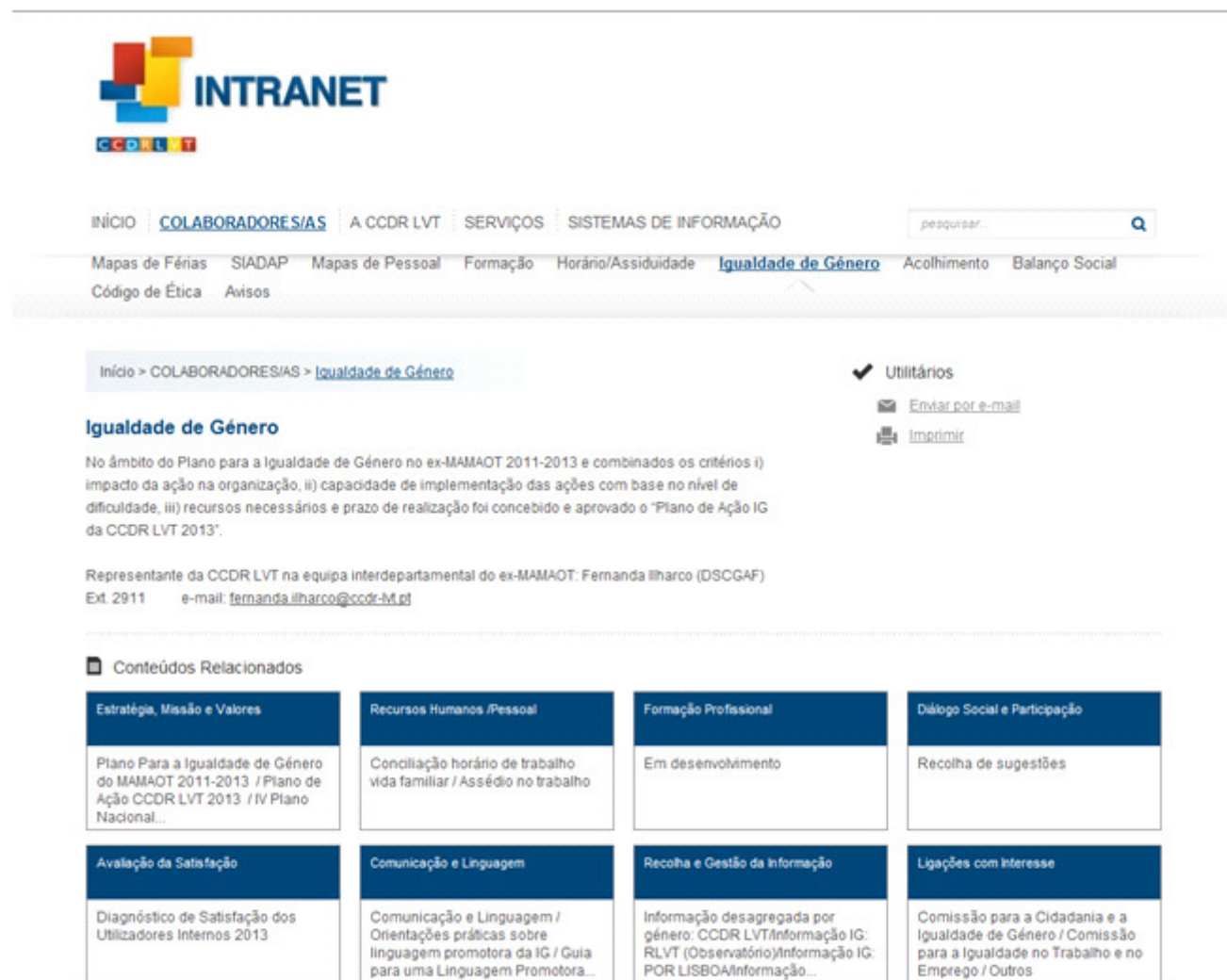
Com o objetivo de promover a Igualdade de Género (IG) na CCDR LVT, concorrendo-se, para a concretização do "Plano para a Igualdade de Género no MAMAOT 2011-2013", foi desenvolvido o "Plano de Igualdade de Género CCDR LVT 2013 (e 2014)", com o envolvimento da gestão de topo, que resultou na concretização de 22 ações.

As ações planeadas foram desenvolvidas, maioritariamente, em 2013 e tiveram seguimento e/ou consolidação em 2014. De seguida apresentam-se as 22 ações integradas por objetivo/área estratégica do Plano da então Tutela

PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (IG) DO MAMAOT 2011-2013			AVALIAÇÃO PLANO IGUALDADE DE GÉNERO (IG) CDDR LVT A 31/12/2014		
Área estratégica	Objetivo	Medida	Ações implementadas em 2013 e 2014		
			N.º	Ano	Descrição
1	Estratégia, Missão e Valores	Inclusão do princípio da Igualdade de género nos Planos de Atividade, enquanto valor dos serviços e organismos	1	2013	Inclusão da atividade de suporte 9. Plano para a Igualdade no MAMAOT: implementar/validar as medidas propostas
		Elaboração ou revisão de Códigos de Conduta (CC) com inclusão do princípio da igualdade de género	2	2014	Foram revistos os atuais: a) Código de Conduta e b) Manual de Acolhimento ao nível da linguagem neutra, inclusiva e não discriminatória
		Realização de iniciativas de sensibilização de dirigentes superiores para a necessidade de incorporar de maneira orgânica a IG no ordenamento jurídico do organismo	1	2013	Despacho de aprovação do Plano de Ação IG 2013 pelo Dirigente Superior de 1.º Grau
		Realização de iniciativas de sensibilização de dirigentes superiores para a responsabilidade política da integração da IG nos objetivos estratégicos e operacionais dos serviços	1	2013	Foi integrada no QUAR 2014 a perspectiva de género através do Objetivo Operacional 8: "Reforçar a integração da dimensão "Igualdade de Género" ao nível da linguagem inclusiva
		Desenvolver orientações que facilitem a conciliação do horário de trabalho com a vida familiar	2	2013	a) Despacho PCCDR 12/2013 - Regimes de Horário de Trabalho de Jornada Contínua; b) Divulgação (não nominativa) por unidade orgânica da decisão final, no âmbito do Despacho, que comprove o compromisso de promoção da conciliação do horário de trabalho com a vida familiar
2	Recursos Humanos /Pessoal	Garantir as condições do princípio de igualdade de Género na gestão dos recursos humanos	1	2013	Conceção do Destaque (caixa) sob o tema "Igualdade de Género" no âmbito do subtema "Ligações com Interesse"
		Disponibilização de material informativo sobre violência, assédio moral e sexual acessível aos trabalhadores e às trabalhadoras do Ministério			Conceção do Destaque (caixa) sob o tema "Igualdade de Género" no âmbito do subtema "Recursos Humanos /Pessoal"
		Implementação de medidas de proteção, em caso de violência, de assédio moral e de assédio sexual no local de trabalho			

4	Diálogo social e participação	Promover a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras na definição de medidas relativas à igualdade de Género e não discriminação entre mulheres e homens	Recolha de sugestões para a definição de medidas relativas à igualdade de Género e não discriminação entre mulheres e homens	1	2013	a) Introdução de um campo de "recolha sugestões" caixa da Internet IG com o subtema "Diálogo Social e Participação"; b) Criação do endereço eletrónico igualdade.genero@ccdr-lvt.pt
			Criação de canais de comunicação para a apresentação de sugestões/ comentários que contribuam para a igualdade entre homens e mulheres	1	2013	
			Criação ou revisão do mecanismo de avaliação interna da satisfação dos/das trabalhadoras relativamente aos aspetos da igualdade entre homens e mulheres, da conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal e da proteção à maternidade e paternidade	1	2013	Introdução de um ponto autónomo "Igualdade de Género - Não Discriminação entre Homem e Mulher" na inquérito de satisfação a lançar a todos os/as trabalhadores/as
5	Co-responsabilidade e Conciliação entre a Vida profissional e a familiar	Avaliar o grau de satisfação dos trabalhadores e das trabalhadoras face às condições para a conciliação da vida familiar/pessoal e profissional	Integrar, no questionário realizado nos termos previstos na Lei do SIADAP, um conjunto de questões que permitam aferir o grau de satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras em relação à condições criadas para facilitar a conciliação da vida familiar / pessoal e profissional	1	2013	Introdução de um ponto autónomo "Igualdade de Género - Não Discriminação entre Homem e Mulher" na inquérito de satisfação a lançar a todos os/as trabalhadores/as (com escala de satisfação de 1/5) - lançamento do inquérito em 17/10 com resposta até 31/10
			Realização de relatórios de monitorização do compromisso do serviço com os princípios da não discriminação, da representatividade social, da transversalidade e melhoria do conhecimento e satisfação dos trabalhadores	1	2013 e 2014	
6	Comunicação e Linguagem	Incluir na comunicação interna e externa a dimensão da igualdade de género na linguagem escrita e visual	Elaboração de orientações para o uso de linguagem escrita e visual inclusiva, no âmbito da comunicação de cariz administrativo e técnico, na comunicação interna e externa	1	2013	a) Disponibilização de orientações sobre linguagem escrita inclusiva na caixa da Intranet no subtema "Comunicação e Linguagem" b) Revisão dos formulários do Fledoc no âmbito da linguagem escrita
				2	2014	
			Divulgação de informação sobre igualdade e cidadania	2	2013	a) Conceção e implementação Destaque (caixa) sob a temática "Igualdade de Género" na Intranet com os subtemas das áreas estratégicas do PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (IG) DO MAMAOT 2011-2013 b) IV PLANO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (IG) DO MAMAOT 2011-2013 disponibilizado no site
7	Recolha e Gestão da Informação	Promover, ao nível da recolha e da gestão, a desagregação de informação por sexo, sempre que aplicável	Inclusão da desagregação da informação por sexo na conceção dos instrumento de recolha	2	2014	a) Inclusão da desagregação por sexo nos inquéritos de satisfação lançados; b) Diagnóstico de satisfação quanto ao ponto "Igualdade de Género - Não Discriminação entre Homem e Mulher" - desagregação por sexo
			Disponibilizar indicadores de género sobre medidas implementadas divulgados pelos serviços	1	2013	Divulgação/destaque de indicadores de IG na RLVT (Observatório Regional) no âmbito do subtema "Recolha e Gestão da Informação"
			Divulgar anualmente no sítio do serviço estatísticas sobre assimetrias de género (em termos de gestão de vínculos , carreiras e remunerações e regime de férias , faltas e licenças)	1	2013	Divulgação na Intranet e site do Balanço Social, com informação desagregada por género, no âmbito do subtema "Recolha e Gestão da Informação"
Total de ações implementadas a 31/12/2014			22			

A produção da página e conteúdos disponibilizados na Intranet quanto à temática "Igualdade de Género" (integrando as áreas estratégicas do plano ministerial então em vigor) serviu de motor e meio de publicitação da temática IG a toda esta instituição.



The screenshot shows the Intranet interface of the CCDR LVT. At the top, there is a navigation bar with links: INÍCIO, COLABORADORES/AS, A CCDR LVT, SERVIÇOS, and SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. Below this is a search bar and a secondary navigation bar with links: Mapas de Férias, SIADAP, Mapas de Pessoal, Formação, Horário/Assiduidade, **Igualdade de Género**, Acolhimento, and Balanço Social. The main content area is titled 'Igualdade de Género' and contains a brief description of the plan's scope and objectives. It also lists the representative of the CCDR LVT in the interdepartmental team: Fernanda Ilharco (DSCGAF). Below the text, there is a section titled 'Conteúdos Relacionados' (Related Content) which displays a grid of eight links to various documents and resources, including 'Estratégia, Missão e Valores', 'Recursos Humanos /Pessoal', 'Formação Profissional', 'Diálogo Social e Participação', 'Avaliação da Satisfação', 'Comunicação e Linguagem', 'Recolha e Gestão da Informação', and 'Ligações com Interesse'.

No âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, prevê-se seja prosseguida a conceção e aprovação de novo PLANO DE AÇÃO 2015/2017 PARA A IGUALDADE DE GÉNERO (IG) - CCDR LVT.

XI. Monitorização operacional e comunicação

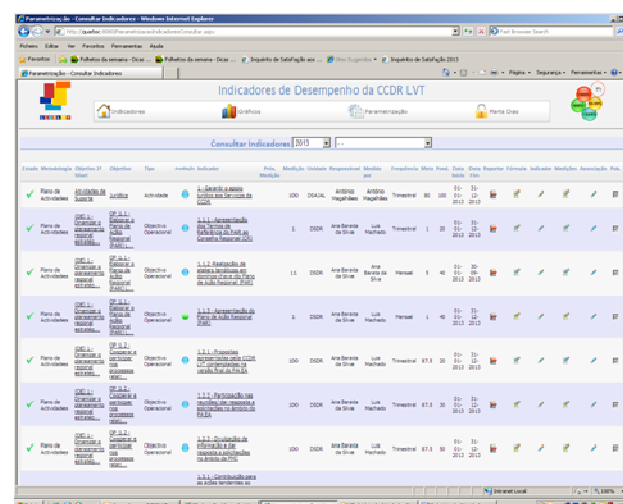
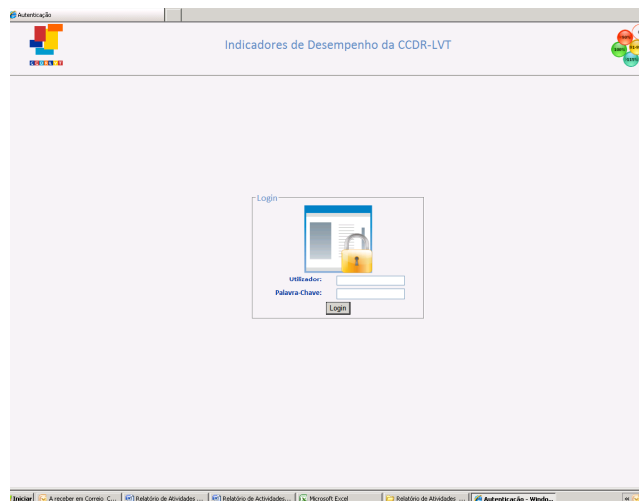
Para um controlo de gestão eficaz, indispensável a um sistema de gestão por objetivos, é essencial operacionalizar um processo de monitorização periódica, assente no reporte regular dos níveis de desempenho alcançados por cada um dos objetivos operacionais propostos por cada unidade orgânica.

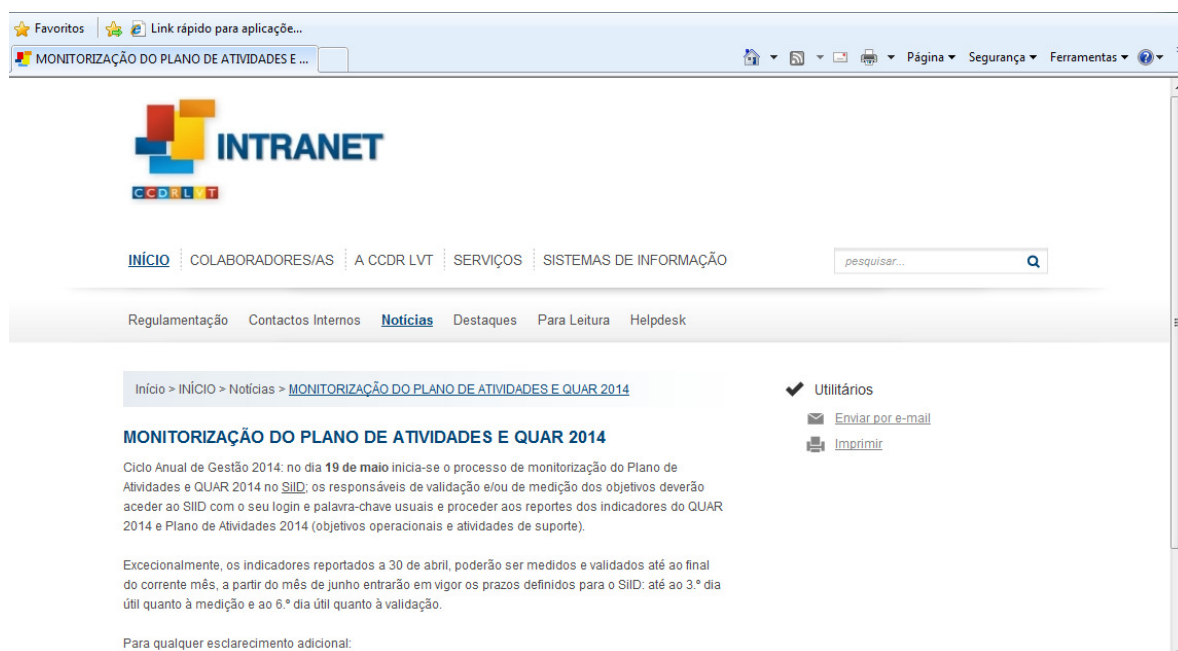
O processo de monitorização tem muita relevância do ponto de vista estratégico, não só porque dota a gestão de topo da CCDR LVT e demais dirigentes de informação de gestão permanentemente atualizada, permitindo definir

A avaliação do desempenho da CCDD LVT (SIADAP 1) é feita *on-going* pelo processo de monitorização suportado tecnologicamente no SIID – Sistema de Informação de Indicadores de Desempenho da CCDD LVT.

Para cada indicador é definido um responsável pelo objetivo que valida a informação e um responsável de medição que introduz a informação necessária. Em qualquer momento, a gestão de topo poderá visualizar de forma gráfica ou descritiva o progresso da concretização dos respetivos objetivos operacionais.

A monitorização dos objetivos operacionais constantes do QUAR e Plano de Atividades de 2014 foi iniciada em 19/05/2014, procedimento divulgado na Intranet.





Em resumo, esta monitorização do SIADAP 1 permitiu:

- ✓ Suportar a decisão da gestão de topo e de toda a cadeia de decisão, acompanhando a evolução da concretização dos objetivos operacionais (além da informação específica de cada objetivo operacional e indicadores são produzidos relatórios ilustrativos da concretização dos objetivos operacionais, ao longo do ciclo anual de gestão e no seu fecho)
- ✓ Detetar disfunções na execução de objetivos e corrigir eventuais desvios (foram revistos os objetivos operacionais/indicadores já referenciados).
- ✓ Suportar a avaliação/monitorização do SIADAP 2 e monitorização do SIADAP 3.
- ✓ Produzir a informação trimestral 03, semestral 06 e trimestral 09 para o Relatório de Monitorização do QUAR 2014 e outros relatórios de progresso produzidos internamente no âmbito do restante Plano de Atividades.
- ✓ Produzir a informação anual para o presente Relatório de Atividades/Autoavaliação do Serviço, com os dados reportados a 31/12/2014.

Sempre que produzidos documentos de monitorização dos instrumentos de gestão QUAR e Plano de Atividades 2014, esses foram apresentados em sede de reunião e/ou disponibilizados na Intranet institucional.

É pressuposto de gestão desta instituição que comunicar a estratégia, os instrumentos de gestão, os meios e os resultados do ciclo anual de gestão é um fator de alinhamento da organização que condiciona o seu sucesso e a motivação dos seus recursos humanos. Com efeito, o processo de aprovação e comunicação dos instrumentos de gestão do ciclo anual de 2014 foi um processo partilhado entre a gestão de topo e os dirigentes intermédios desta CCDR. Por outro lado e numa ótica interinstitucional, existiu partilha de conhecimento, sempre que necessário, entre a equipa de monitorização e o serviço do ministério com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação.

A equipa de monitorização é constituída por 1 técnico superior da Direção de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira com competências direcionadas para este domínio com o apoio da Divisão de Recursos informáticos; o modelo partilhado e participado de monitorização atravessou toda a instituição, sendo que a comunicação intrainstitucional e o trabalho de monitorização dos objetivos e respetivos reportes dos dirigentes de cada unida orgânica foram indispensáveis para a monitorização atempada, alinhada e eficaz dos objetivos operacionais da CCDR LVT.

XII. Avaliação Final

1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados (descrita no capítulo II – Autoavaliação 2014)

A autoavaliação evidencia os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR 2014 da CCDR LVT, aprovado pela Tutela (concretização alcançada em 31 de dezembro).



Monitorização a 31/12/2014

Expressão qualitativa (para Autoavaliação do QUAR 2014)

Desempenho Bom. Atingidos todos os **9 objetivos operacionais**
e **8 superados**

Os **5 objetivos operacionais relevantes** foram **superados**

Dos **9 indicadores de desempenho** foram **todos cumpridos e 8 superados**

2. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo n.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro

Como resultado da Autoavaliação, parte integrante deste Relatório de Atividades, o dirigente máximo da CCDDR LVT propõe a menção de **Desempenho Bom: A CCDDR LVT atingiu todos os 9 objetivos superando 8** (cumprir a alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o SIADAP).

Acresce que integrou a Autoavaliação de 2014 com a **Informação Complementar** a que aludem as alíneas a) a f) do ponto 2 do artigo 15.º “Autoavaliação” da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o SIADAP.

3. Conclusões prospetivas fazendo referência, nomeadamente, a um plano de melhoria a implementar no ano seguinte

Com base na avaliação efetuada e no contexto atual refere-se o que se perspetiva para o ciclo de gestão 2015, no domínio da melhoria do desempenho organizacional:

- ✓ A otimização da aplicação dos Fundos Estruturais na região: no quadro do encerramento do QREN 2007-2013 maximizar-se-á o investimento através dos últimos avisos e do encerramento dos projetos. Dar-se-á continuidade à aplicação do PORL 2014-2020, iniciado em 2014, mobilizando os potenciais beneficiários, num quadro de diálogo e dinamização num contexto em que a competitividade, a sustentabilidade e a coesão social são muito importantes;
- ✓ Por força da situação existente e do novo regime jurídico do urbanismo e do ordenamento do território, dar-se-á início aos processos de revisão do PROTAML e do PROTOVT, após a publicação dos diplomas fundamentais, em processo de conclusão;
- ✓ Continuar-se-á a trabalhar na aplicação dos novos regimes jurídicos: do urbanismo e do ordenamento do território (nomeadamente da transposição dos planos especiais para os planos diretores municipais e nos regimes de transição para a aplicação dos novos diplomas); do ambiente com a aplicação à prática dos novos diplomas, designadamente na regularização das atividades económicas; do desenvolvimento regional, que definem e enquadram o PORL 2014-2020;
- ✓ A criação de uma estrutura de missão, no âmbito do acompanhamento das dinâmicas regionais, vocacionada para analisar a situação, diagnosticar os problemas e aconselhar soluções, de âmbito setorial, transetorial e territorial, tendo como documentos orientadores o PARL 2014-2020; a EREIL 2014-2020 e o PORL 2014-2020;

- ✓ Apoiar ativamente os Municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo nas suas iniciativas de planeamento e de desenvolvimento;
- ✓ Promover a realização de estudos de orientação estratégica, de longo prazo, em vários domínios do desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo;
- ✓ Promover, conjuntamente com os Municípios e outras instituições, a valorização da Região de Lisboa e Vale do Tejo assim como a preservação do seu Património;
- ✓ Promover a cultura do serviço público orientada, para os cidadãos e para uma eficaz gestão pública, que se pautar pela eficácia, eficiência e qualidade da Administração, através da constituição de dois gabinetes de apoio:

-Gabinete de apoio ao beneficiário POR LISBOA 2020, que tem como principal função esclarecer os potenciais beneficiários sobre o Programa e condições de acesso aos fundos (criado a 6 de janeiro de 2015) e

-Gabinete de Apoio ao Utente, no âmbito da: Cooperação Técnica, do Ambiente, do Urbanismo, do Ordenamento e da Administração Local que tem como principal função informar e esclarecer os interessados sobre estas áreas de atividade (instituído a 20 de fevereiro 2015);

- ✓ A elaboração de um Plano de Segurança Interna e elaboração e implementação de um Plano Interno com medidas de modernização administrativa e
- ✓ a integração em QUAR e Plano de Atividades 2015, em articulação com a SGPCM, de objetivos que constituem padrão de comparação com as outras CCDR's , dando cumprimento à Alínea e) – Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação.

ANEXOS

Anexo 1_QUAR 2014: resultados alcançados

Anexo 2_Relatório SIID: QUAR 2014, por indicador de desempenho

Anexo 3_Resultados do inquérito de satisfação aos utilizadores externos: utentes em geral (site) e entidades parceiras

Anexo 4_Resultados do inquérito de satisfação aos dirigentes intermédios e trabalhadores

Anexo 5_Relatório Anual de Avaliação de Desempenho SIADAP 2 3 (anos 2013-2014)- a enviar oportunamente

Anexo 6A_Balanço Social 2014: Análise sintética da informação prevista no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro

Anexo 6B_ Quadros do Balanço Social 2014

Anexo 7A_Relatório Anual de Formação Interna 2014

Anexo 7B_ Questionário RAF-2014-083140000

Anexo 7C_Anexo P3-2014-083140000